UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO

NÂNDRI CÂNDIDA STRASSBURGER

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO RURAL NA SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANÁ

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2023

NÂNDRI CÂNDIDA STRASSBURGER

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO RURAL NA SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANÁ

Defesa do Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Professora Dra. Sandra Maria Coltre – Orientadora

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Strassburger, Nândri Cândida
Contribuição do Turismo Rural na Sustentabilidade das Propriedades Lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná. / Nândri Cândida Strassburger; orientadora Sandra Maria Coltre. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.
115 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2023.

1. Região Lindeira. 2. Turismo Rural. 3. Sustentabilidade. I. Coltre, Sandra Maria, orient. II. Título.

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Agrárias – CCA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

NÂNDRI CÂNDIDA STRASSBURGER

"CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO RURAL NA SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANÁ"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Ordem de Serviço nº 01/2023 – GRE, artigo 1º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOUTORA** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADA** pela seguinte banca examinadora:

Sandra Maria Coltre - Orientadora
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Adriana Maria De Grandi - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Wilson João Zonin - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Alvori Aherlt - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Daisy Leticia Ramirez Monzon - Membro
Universidad Nacional del Este- Facultad de Ingenieria Agronomica (UNE)

Marechal Cândido Rondon, PR, 01 de março de 2023.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

A minha família que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo desse percurso. Em especial, dedico este trabalho, às mulheres da minha família que não tiveram oportunidade de prosseguir os seus estudos – essa conquista também é de vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar o dom da vida, e por permitir que eu superasse todos os obstáculos que vivenciei durante a realização do doutorado, assim como por consentir que eu desfrutasse dos bons momentos, sem essa força divina nenhuma conquista seria possível.

Agradeço aos meus avós maternos Almuth e Selma *(in memorian),* por propiciaram a meus irmãos e a mim, a incrível experiência de vivenciar o cotidiano de um ambiente rural quando éramos crianças.

Ao meu pai Henrique e minha mãe Inês, por todo amor e cuidado que sempre tiveram conosco, quero dizer que essa conquista não é só minha, mas é nossa. E graças à união de todos, obstáculos foram superados, vitórias foram conquistadas e alegrias foram compartilhadas.

Aos meus irmãos Alexandre e Juarez, seguimos juntos nessa jornada especial e sou grata por dividi-la com vocês. Agradeço também a minha cunhada Ana, meus sobrinhos Arthur, Theo e Amanda, não importa a distância, vocês estão sempre comigo.

Ao meu parceiro Heraldo Soares, que me deu motivação diária e pacientemente compreendeu minha ausência enquanto eu me dedicava a este trabalho, sempre me fazendo acreditar que chegaria ao fim dessa etapa.

As irmãs que a vida meu deu Nayene Panek e Rita Michelin, agradeço as longas conversas, os telefonemas, bem como como o incentivo e apoio ao desenvolvimento deste trabalho, vocês são mulheres incríveis.

A Professora, Drª Sandra Maria Coltre pelo seu papel de orientadora, muito obrigada por sua dedicação e amizade ao longo dessa trajetória. Sua disponibilidade foi ímpar, que a fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar e me orientar.

Aos membros da banca examinadora, Drª Adriana Maria De Grandi, Drª Daisy Leticia Ramirez Monzón, Dr. Wilson João Zonin e Dr. Alvori Ahlert pelas críticas e sugestões para o aprimoramento deste trabalho, é um privilégio aprender com suas reflexões. E, aos membros suplentes: Dr. Clério Plein e Dr. Valdecir José Zonin que estavam dispostos a colaborar.

Com profunda admiração, agradeço ao PPGDRS da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, e a todo seu corpo docente, em especial, agradeço as

servidoras Lizete Maria Eckstein Fredo e Kelnir Kunkel. Me sinto muito grata por fazer parte de um programa tão hospitaleiro e humanizado.

Aos meus colegas de curso por partilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizagem, bem como pela companhia de todos ao longo deste percurso, foram muitas as rodadas de chimarrão. Especial carinho pela amiga Renée Bejamini.

Aos professores colegas e amigos Welington Camargo Ferreira, Neron Alipio Cortes Berghauser, Samanta Gallo Cabral, Ricardo Almeida, Valdir Serafim Junior e Luciano Panek que se dispuseram a doar seu tempo para ajudar nesta pesquisa.

Meu agradecimento e reconhecimento aos proprietários rurais dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Paraná, que praticam a atividade turística, prova de que o turismo rural pode promover o desenvolvimento sustentável.

A CAPES, gestora de pós-graduação stricto sensu no país.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

STRASSBURGER, Nândri Cândida. **Contribuição do turismo rural na sustentabilidade das propriedades lindeiras ao lago de Itaipu no Paraná.** 2023. 114f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade do Oeste do Paraná, Unioeste, 2023. Orientadora: Dra. Sandra Maria Coltre.

O argumento de que o turismo é uma alternativa promissora de emprego e renda para as famílias agricultoras vem se difundindo cada vez mais, uma vez que essa atividade dinamiza economicamente o meio rural por agregar valor monetário aos meios produtivos da propriedade. Além disso, é visto como potencialmente sustentável, pois, além das vantagens econômicas, sua prática pode contribuir para a preservação e revitalização do meio ambiente e para a recuperação e valorização das tradições socioculturais das comunidades e famílias rurais. O objetivo foi investigar a contribuição que a atividade turística promove nas propriedades rurais lindeiras ao lago de Itaipu no Estado do Paraná. Para alcançar o objetivo deste estudo foram desenvolvidos dois artigos, o primeiro artigo apresenta um levantamento de cunho bibliométrico para entender essa atividade no meio rural brasileiro. O estudo é bibliográfico com o uso de bases de informação públicas, que analisou a produção científica relacionada ao portfólio de dissertações e teses que constam na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que abordaram o tema turismo rural no contexto da agricultura familiar, entre os anos de 2010 a 2019. Os resultados mostram que os estudos relacionados ao turismo rural apresentam semelhanças. Mais efetivamente, que ações de sustentabilidade apontam a atividade como uma potencial alternativa para o desenvolvimento rural sustentável O segundo artigo investigou contribuição do turismo rural na sustentabilidade das propriedades rurais lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná, pois campo não é mais um local apenas de produção agrícola para sua sustentabilidade. É, também, é cenário de interações socioculturais e ambientais com a pessoas da cidade, por meio de atividades turísticas, que promovem a valorização de sua produtividade como o valor e cuidado ao meio ambiente. Neste sentido, o estudo foi de cunho descritivo com corte transversal em 2022 sem considerar a evolução dos dados no tempo, as fontes de dados de fonte primária foram coletadas pela primeira vez por uma entrevista e os dados de fonte secundária foram coletados em bibliografia científica, sites oficiais e legislações pertinentes ao tema, sendo tratados por estatística simples e analisados descritivamente. Os resultados apontaram que o fator econômico foi apontado como o mais importante para garantir a sustentabilidade da atividade turística e da propriedade como um todo. O segundo, foram os fatores ambientais e sociais. A contribuição deste estudo foi mostrar que por meio da atividade turística desenvolvida no meio rural, o cuidado com o meio ambiente é fundamental e necessário, que esta atividade pode agregar valor a produção, pela venda dos produtos nas visitas e aumentar a conscientização do cuidado do meio ambiente, a valorização da cultura e da gastronomia, além de incrementar a renda e sustentabilidade do agricultor que fica na terra. De forma sistêmica, esses aspectos, contribuem de forma satisfatória para promoção da sustentabilidade no turismo rural**.**

Palavras-chave: Municípios lindeiros. Turismo Rural. Sustentabilidade.

ABSTRACT

STRASSBURGER, Nândri Cândida. Universidade do Oeste do Paraná, Unioeste, 2023. 114f. Contribution of rural tourism to the Sustainability of Properties neighboring the Itaipu lake in Paraná. Orientadora: Dra. Sandra Maria Coltre.

The argument that tourism is a promising alternative for employment and income to agricultural families has been dispersed progressively more, once this activity dynamizes economically the rural means by aggregating monetary value to the property's productive means. Beyond that, it is seen as potentially sustainable, because, beyond the economical advantages, its practice can contribute to the preservation and revitalization of the environment and to the recuperation and valorization of the rural families and communities' social-cultural traditions. The objective was to investigate the contribution that touristic activity promotes in rural properties neighboring Itaipu Lake in the state of Paraná. To reach the objective of the study, two articles were developed, the first article presents a data collection of bibliometric nature to understand this activity in the Brazilian rural means. The bibliographical study using public databases, which analyzed the scientific production relating to the dissertations and theses portfolio which are encountered in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations which approach the theme rural tourism in the context of family agriculture, across the years of 2010 through 2019. The results show that studies related to rural tourism have similarities. More effectively, what sustainability actions point to the activity as a potential alternative for sustainable rural development. The second article investigated the contribution of rural tourism to the sustainability of rural properties bordering Lake Itaipu in Paraná, as the countryside is no longer just a place of agricultural production for its sustainability. It is also the scene of sociocultural and environmental interactions with the people of the city, through tourist activities, wich promote the appreciations of its productivity as the value and care for the environment. In this sense, the study was of descriptive nature with a transversal cut in 2022 disregarding the evolution of data in relation to time, the primary source data was collected at first through interviews and the secondary source data was collected through scientific literature, official websites and legislation pertinent to the theme, being treated by simple statistics and analyzed descriptively. The results showed that the economic factor was considered the most important to guarantee the sustainability of the tourist activity and the property as a whole. The second was the environmental and social factors. The contribution of this study involves showing that in touristic activity the care with the environment is fundamental and necessary, that this activity can add value to production, through the sale of products during visits and increase awareness of care for the environment, appreciation of culture and gastronomy, in addition to increase the income and sustainability of the farmer who stays on the land. In a systemic way, these aspects which contribute to the promotion of sustainability of the rural tourism.

Keywords: Neighboring municipalities. Rural tourism. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem das palavras chaves da pesquisa 30
Figura 2 - Rede de autores relacionados ao tema do turismo rural 34
Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 52
Figura 4 - Mapa da população em estudo 59
Figura 5 - As dimensões da sustentabilidade e sua escala de mensuração 63
Figura 6 - Contribuição das variáveis 94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico da busca de seleção de dissertações e teses para análise de dados.....25
Tabela 2 - Relação de dissertações e teses objetos da pesquisa 26
Tabela 3 - Caracterização temporal e territorial das pesquisas 27
Tabela 4 - IES, PPG e conceito Capes.....28
Tabela 5 - Quantidade de referências sobre turismo rural e páginas 29
Tabela 6 - Amostras utilizadas nos estudos sobre Turismo Rural 31
Tabela 7 - Principais autores citados relacionados ao turismo rural 32
Tabela 8 - Objetivos dos estudos e sua relação com o turismo rural.....35
Tabela 9 - Perfil dos entrevistados.....64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais conclusões dos estudos analisados 36
Quadro 2 – População pesquisada 60
Quadro 3 – Variáveis pesquisadas 61
Quadro 4 – Quantidade de propriedades que praticam atividades de turismo rural 64
Quadro 5 – Renda mensal da propriedade e percentual relativo a atividade do turismo 65
Quadro 6 – Motivação para trabalhar com turismo rural 66
Quadro 7 – Perfil da propriedade 67
Quadro 8 - Principais atrativos turísticos e produções comercializadas 68
Quadro 9 - Maiores dificuldades e maiores facilidades em desenvolver a atividade turística 69
Quadro 10 - Formação em turismo rural e mídias sociais utilizadas 70
Quadro 11 - Atividade de turismo durante a pandemia do Covid 19 70
Quadro 12 - Variável social em relação a gênero 72
Quadro 13 - Variável social em relação à escolaridade 74
Quadro 14 - Variável social em relação ao tempo de atividade 76
Quadro 15 - Variável ambiental em relação ao gênero 79
Quadro 16 - Variável ambiental em relação a escolaridade 81
Quadro 17 - Variável ambiental em relação ao tempo de atividade 83
Quadro 18 - Variável econômica em relação a gênero 86
Quadro 19 - Variável econômica em relação à escolaridade 88
Quadro 20 - Variável econômica em relação ao tempo de atividade 90
Quadro 21 - Média geral das variáveis gênero, escolaridade e tempo de atividade 93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável
FAO - *Food and Agriculture Organization*
IES **-** Instituição de Ensino Superior
LAI - Lei de Acesso à Informação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONU - Organização das Nações Humanas
PNTRAF - Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PPG - Programa de Pós-Graduação
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 13
ESTRUTURAÇÃO DA TESE 16
1 TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO 17
1.1 INTRODUÇÃO 18
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR 19
1.3 TURISMO RURAL 21
1.4 MATERIAL E MÉTODOS 24
1.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 27
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS 38
2 CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO RURAL NA SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANA 44
2.1 INTRODUÇÃO 45
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL 47
2.2.1 Sustentabilidade em turismo rural 50
2.3 MATERIAL E MÉTODOS 59
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 61
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 96
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS 101
APÊNDICE A - MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO 102
APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS 103
ANEXO A – IMAGENS DE PROPRIEDADES QUE PRATICAM ATIVIDADE DE TURISMO RURAL 108

INTRODUÇÃO GERAL

Com dimensões continentais, o Brasil possui espaços rurais heterogêneos, nos quais se encontram diferentes formas de organização social, econômica e de acesso à terra. Nesse cenário, Maluf (2003) menciona que há o rural moderno, com predominância de grandes propriedades, agronegócio e uso intensivo de máquinas e equipamentos, e, o rural tradicional, onde predominam pequenas propriedades, agricultura familiar, com força de trabalho e produção voltada para consumo e venda do excedente.

A esse respeito, Schneider e Fialho (2000), observam que a partir de meados da década de 1990, as discussões e pesquisas sobre as formas como a força de trabalho ocupa os espaços rurais do Brasil, passaram a incluir os temas das atividades não agrícolas e da pluriatividade. O conceito de pluriatividade, segundo Marafon (2006) descreve uma unidade produtiva multidimensional e multifacetada onde se desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas.

Graziano da Silva *et al* (2000) compreendem que o conceito de pluriatividade permite que as atividades agrícolas possam ocorrer juntamente com outras atividades que geram ganhos monetários e não-monetários, ou seja, promove diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial. Esse conceito descreve o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como, para indicar o surgimento de um conjunto de novas atividades que encontram lugar nesse ambiente.

Em suas pesquisas, o autor identificou que a presença das atividades não agrícolas na estrutura agrária brasileira, haviam assumido proporções mais significativas, dentre essas, pode-se destacar o turismo rural, como uma atividade indutora do crescimento.

Cavaco (2001) considera que a identidade dos territórios rurais também pode ser estimulada por intermédio da atividade turística, nesse cenário muitos agricultores ou proprietários rurais precisam estabelecer um planejamento econômico que possa agregar valor à produção, além de diminuir o êxodo rural. Nesse sentido o turismo pode ser considerado como um fator de valorização do rural, de fortalecimento dos patrimônios, além de ser uma atividade complementar às demais atividades existentes no espaço rural.

Além disso, Ruschmann (2000) ressalta que a atividade turística no meio rural deve ter como objetivo a sustentabilidade, que requer saber administrar os ambientes,

os recursos e as comunidades receptoras, com a finalidade de atender as necessidades econômicas, sociais e ambientais, com o intuito de preservar a integridade cultural, ecológica e ambiental. Ressalta ainda que para a atividade turística ser sustentável, depende da preservação do meio ambiente natural, e da integração da cultura com os espaços sociais da comunidade com a atividade, sem causar transformação nos hábitos e tradições da região.

Dessa forma, considera-se importante conhecer a região oeste do Estado do Paraná, conhecida pela produção diversificada como graneleira, pecuária, turismo, material de transporte, logística, madeira-celulose-mobiliário, entre outras.

Nesta região, encontra-se a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, uma instituição de ensino, que produz novos conhecimentos, técnicas e tecnologias através da pesquisa, e por meio da extensão, esse saber chega à sociedade na forma de programas e projetos. Nesse contexto, insere-se o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS que envolve uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, para atender as novas demandas da sociedade, por meio de projetos, relacionadas a qualificação profissional e produção de conhecimento com foco no meio rural.

O Programa está inserido na área Interdisciplinar da CAPES. Foi responsável por formar os primeiros Mestres e Doutores em Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Seus pesquisadores produzem conhecimento através da realização de projetos de pesquisa e extensão, voltados a preservação de bens de uso comum da natureza (terra, água, ar, biodiversidade e clima). Nesse contexto, com o intuito de promover o diálogo e troca de experiências alcançadas nas pesquisas e nas práticas sociais, ocorreu em 2017 o Primeiro Seminário Internacional de Pós-Graduação em DRS, e no ano de 2019 o evento entra em sua segunda edição com o II Seminário, com temas que procuram entender as questões do mundo rural. Discussões essas que resultaram em um livro organizado pelos pesquisadores do programa tendo como temática: Interdisciplinaridade sem fronteira: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina (2020).

A atividade turística, caracteriza-se essencialmente pelo deslocamento de pessoas, com a disseminação do coronavírus, esse segmento foi uma dos mais impactados. Nesse cenário, a presente pesquisa também apresentou uma noção sobre os impactos causados na atividade. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2020) A movimentação internacional diminuiu em consequência da

pandemia da Covid 19, resultado das medidas de isolamento social e encerramento de fronteiras. Nesta conjuntura, pós-pandemia, o turismo rural pode destacar-se uma vez que existe a possibilidade de desenvolver novas experiências ao mesmo tempo que se incentiva o turismo doméstico.

A pertinência da realização da pesquisa está na identificação da atividade do turismo em âmbito rural das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná, cujos achados, podem contribuir para o entendimento do turismo como um fator de desenvolvimento sustentável.

Para a Universidade o trabalho agregará informações sobre o tema proposto, através do material de pesquisa desenvolvido, que servirá de referência para possíveis estudos futuros, seja no âmbito do Turismo ou das Ciências Agrárias, possibilitando também o desenvolvimento de ações para pesquisar o turismo rural sustentável das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu.

Devido ao efeito que isso causará ao meio rural vinculado aos municípios no lado brasileiro do Lago de Itaipu, este estudo busca responder a seguinte questão: Qual é a contribuição do turismo rural no desenvolvimento sustentável das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná?

A tese será estruturada em dois artigos conforme descrito nos objetivos. O objetivo geral é identificar a contribuição do turismo rural na sustentabilidade das propriedades lindeiras ao lago de Itaipu no Paraná. Para isso, foram traçados como objetivos específicos: efetuar um estudo bibliométrico sobre turismo rural no Brasil, compreendendo as suas principais tendências para contribuição na temática da pesquisa e verificar a contribuição da atividade na sustentabilidade das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Em cumprimento aos objetivos específicos o estudo foi estruturado no formato de artigos. O primeiro artigo intitulado **Turismo Rural e Agricultura Familiar no Brasil: um estudo bibliométrico**, identificou as características da produção científica de teses e dissertações sobre Turismo Rural no contexto da Agricultura Familiar, disponibilizadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, objetivando compreender os indicadores e evolução sobre o tema proposto. A análise de dados identificou que existe uma semelhança nos estudos, são identificados como gerador de fragilidade a falta de elaboração de políticas públicas efetivas para adoção de estratégias para o desenvolvimento local e regional; o papel dos técnicos extensionistas na orientação das famílias agrícolas; a elaboração de indicadores para interpretação das práticas agrícolas e do turismo rural; a trajetória histórica de agricultores que trabalham com a atividade turística; e, principalmente, o entendimento de que o turismo pode ser considerado uma alternativa viável para o desenvolvimento rural sustentável no âmbito social, ambiental e econômico.

O segundo artigo intitulado **Contribuição do Turismo Rural na sustentabilidade das propriedades lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná**, com o objetivo de verificar a contribuição das propriedades rurais que praticam o turismo rural nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu no Paraná, com o objetivo de verificar a contribuição dessa atividade turística destas propriedades frente a sua sustentabilidade. O estudo foi exploratório com corte transversal em 2022. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista. A população foram 48 proprietários que praticam turismo rural nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Os dados foram tratados com estatística simples e analisados descritivamente. Os resultados apontam que a variável que mais contribui para a sustentabilidade foi a econômica, seguida pela variável ambiental e social.

1 TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Resumo: Os espaços rurais passaram por mudanças que alteraram suas características – que eram excepcionalmente agrícolas – para outras atividades, dentre elas o turismo rural. A motivação central dessa atividade turística está relacionada aos aspectos do patrimônio, no sentido amplo, envolvendo a natureza, a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia, os modos de vida e a história, entre outros. O presente estudo é um levantamento de cunho bibliométrico que analisou a produção científica relacionada ao portfólio de dissertações e teses que constam na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que abordaram o tema turismo rural no contexto da agricultura familiar, entre os anos de 2010 e 2019, com a importância de entender essa atividade no meio rural. Em resposta à pergunta do estudo, os resultados demonstram que existe uma semelhança nos estudos relacionados ao turismo rural. Afinal, a grande maioria dos trabalhos tratou das fragilidades na elaboração de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento e assistência técnica da atividade desenvolvida pelos agricultores familiares. Identificou-se ainda que ações de sustentabilidade sugerem que a atividade pode ser considerada como uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, além de se propor a elaboração de indicadores para interpretação e análise.

Palavras-chave: Atividade turística. Bibliometria. Meio rural.

RURAL TOURISM AND FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL: A BIBLIOMETRIC STUDY

Summary: Rural spaces underwent changes that have altered their characteristics – which were exceptionally agricultural – to other activities, including rural tourism. The central motivation of this tourist activity is related to aspects of heritage, in the broad sense, involving nature, popular culture, architecture, gastronomy, ways of life and history, among others. This study is a bibliometric survey that analyzed the scientific production related to the portfolio of dissertations and theses contained in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) that addressed the theme of rural tourism in the context of family farming, defended between 2010 and 2019, due to the importance of understanding this activity in rural areas. In response to the study question, the results demonstrate that there is a similarity in studies related to rural tourism. After all, most of the works addressed the weaknesses in the elaboration of public policies, aimed at the development and technical assistance of the activity carried out by family farmers. It was also identified that sustainability actions suggest that rural tourism can be considered an alternative for sustainable rural development, in addition to proposing the development of indicators for interpretation and analysis.

Keywords: Tourist activity. Bibliometrics. Countryside.

1.1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira apresenta inúmeras pesquisas em dissertações e/ou teses dos diferentes programas de pós-graduação *strictu sensu*, dentre os temas abordados, está o turismo rural. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável também é um tema pertinente, uma vez que procura demonstrar as transformações socioeconômicas e ambientais que ocorrem nesse meio.

A definição de desenvolvimento rural segundo Navarro (2001), altera-se ao longo do tempo à medida que novas variáveis analíticas são incluídas; no entanto, é importante notar que, apesar dessas mudanças, o componente essencial, que é melhorar o bem-estar das populações rurais, permanece constante. Aspectos esses, que permitem às populações rurais agir para melhorar suas condições de vida por meio de mudanças em suas relações com as esferas política, econômica e social.

O espaço rural na atualidade vem passando por mudanças importantes, assim como o processo de evolução da sociedade de maneira em geral. Dentre essas mudanças, Schneider (2006) indicou o avanço das tecnologias, a disponibilidade de tempo, as facilidades dos meios de transporte e melhores condições financeiras. Devido a esses fatores, o ponto de vista de que os espaços rurais passaram por mudanças que alteraram suas características (que eram excepcionalmente agrícolas) para outras atividades, dentre elas o turismo rural.

O argumento de que o turismo é uma alternativa promissora de emprego e renda para as famílias agricultoras vem se difundindo cada vez mais, uma vez que essa atividade dinamiza economicamente o meio rural por agregar valor monetário aos meios produtivos da propriedade. Além disso, é visto como potencialmente sustentável, pois, além das vantagens econômicas, sua prática pode contribuir para a preservação e revitalização do meio ambiente e para a recuperação e valorização das tradições socioculturais das comunidades e famílias rurais.

Para Cavaco (2001) o turismo no espaço rural é um tipo de turismo que ocorre nos espaços naturais e, sobretudo, em ambientes humanizados, seja ativo ou apenas contemplativo, que assegura um regresso da cultura local. Para ele, essa atividade é um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo. Elesbão (2007) considera que olhar para o meio rural contemporâneo requer, primeiramente, que se atente para sua diversidade. Nesse sentido, ressalta que na compreensão do espaço rural, leva-

se em conta outras atividades que não sejam estritamente agrícolas, dentre elas, o turismo rural.

A partir dessas considerações, torna-se importante pesquisar sobre o turismo rural no contexto da atividade produtiva da agricultura familiar. Uma das formas de conhecer mais sobre o tema é o estado-da-arte através da pesquisa bibliométrica, o que, segundo Silva *et al* (2011), representou um modelo de pesquisa que pode ser utilizado para mapear produções científicas em vários campos de conhecimento, aspectos e dimensões.

Portanto, em vista destes argumentos, o estudo buscou responder a seguinte questão: como é a produção científica brasileira sobre turismo rural no contexto da agricultura familiar?

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

No contexto das discussões acerca do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Corbari (2020) mencionou o trabalho de revisão de Garner, O Campos (2014) que encontraram 36 diferentes definições de agricultura familiar, que nos indica que não há um consenso entre os estudiosos do tema. A *Food and Agriculture Organization* (FAO) se dedicou a sintetizar um conceito que correspondesse às atividades da agricultura familiar em todo mundo, adotou um conceito operacional sem pretender substituir as definições das características locais de cada lugar, mas sim promover o diálogo entre as partes interessadas das diferentes agriculturas familiares, no âmbito econômico, social, ambiental e cultural, que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar praticadas na silvicultura, pesca, produção agrícola, pastoralista e na aquicultura operada e gestionada por uma família que utiliza predominantemente mão-de-obra familiar, incluindo as das mulheres e dos homens (GARNER; O CAMPOS, 2014).

No Brasil, Grisa e Schneider (2015) mencionaram que a definição de agricultura familiar surgiu inicialmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996), e que a partir desse programa, a agricultura familiar passou a ser percebida como uma categoria no meio rural, estimulando o surgimento de outra políticas de desenvolvimento rural; na sequência, é criado no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000).

Em seguida, há a promulgação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que define oficialmente a agricultura familiar como categoria profissional. E, no ano de 2009, ocorre a publicação dos dados do censo de 2006, do caderno Agricultura Familiar: Primeiros Resultados.

Schneider (2006) chamou a atenção para o fato de que as discussões sobre agricultura familiar estão se tornando mais prevalentes no discurso social, político e acadêmico no Brasil, aparecendo com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais do campo, dos órgãos governamentais e nas pesquisas acadêmicas. Essa análise estabelece que é possível identificar as principais características da agricultura familiar: a produção orientada para o mercado (mas também para a subsistência familiar), a mão de obra é predominantemente familiar, assim como a terra e os meios de produção pertencem à família.

Schneider (2016) considerou que os agricultores familiares são caracterizados como uma forma de trabalho e produção socialmente específica, que ocorre em uma área geograficamente definida e envolve a interação de uma unidade familiar ligada por laços de parentesco, com a terra e outros instrumentos de produção, e, constituem uma categoria economicamente diversa e socialmente heterogênea. Trata-se de uma forma particular de organização de trabalho e produção, que existe a partir de distintas estratégias agrícolas e não agrícolas em consonância com o contexto social e econômico onde estão inseridos.

De acordo Wanderley (1999), o entendimento da categoria social relacionada à agricultura familiar está ligado ao fato de que a propriedade e o trabalho estão associados à família, e que a combinação desses fatores resulta em características próprias na forma de agir econômica e socialmente. Nesse sentido, se mantém um modo específico de organizar a produção cuja função se refere à estrutura familiar específica de unidade de produção.

São inúmeros os estudos relativos à agricultura familiar que visam compreender e orientar ações que envolvam aspectos sociais e econômicos das comunidades rurais, considerando sua diversidade e diversificação.

Nesse cenário, Zanco, Corbari e Alves (2018) destacaram o papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, pois suas atividades são regidas pela diversidade e qualidade produtiva, com o propósito de produção de alimentos, de cuidar do meio ambiente, de gerar renda, porém, mantendo o rural nas pessoas. Nesse sentido, Schneider e Fialho (2000) mencionam as atividades

pluriativas nas práticas do ambiente rural, que podem ser de natureza permanente ou temporária.

A partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, os moradores do espaço rural passam a desempenhar pluriatividades, que possibilitam distintas fontes de rendimentos. Nesse contexto, ocorre a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Essa forma de produção, além de possibilitar novas funções aos espaços por vezes ociosos nas propriedades, também agrega valor aos seus produtos. Nesse cenário a presença da atividade turística, reforça a ideia de diversificação de rendimentos, como resultado das atividades não-agrícolas.

1.3 TURISMO RURAL

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003), o turismo é a soma das relações e de serviços resultantes de mudanças temporárias e voluntárias de residência, motivadas por razões alheias a negócios ou profissionais.

Barretto (2004) apresentou o conceito de turismo como um fenômeno social, fenômeno porque pode ser observado empiricamente e social porque considera o ser humano no contexto da sociedade e de um processo histórico. Ressaltou que o turismo integra ciências como a economia, a geografia, a antropologia, a biologia, a história, dentre outras, ou seja, o fenômeno turístico não reconhece fronteiras disciplinares.

De acordo com o Ministério do Turismo (2003), a prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambientes rurais faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos.

Segundo Elesbão (2014), o turismo não produz e comercializa somente a oferta de serviços, mas também mercadorias simbólicas, ligadas ao imaginário em relação à natureza, à cultura, ao exótico, à aventura, entre outros valores. Destaca que o caso do turismo é emblemático, pois as mercadorias que mais motivam os turistas são as paisagens. Ao tratar do conceito de turismo rural, considera que, como todas as modalidades de turismo contemporâneo, o turismo no ambiente rural remonta ao período pós-segunda guerra mundial.

Tulik (2003), ao sintetizar a evolução histórica do turismo no espaço rural de alguns países europeus, destacou ações ocorridas a partir do final da década de 1940 e início de 1950. Em consequência do desenvolvimento econômico pautado na industrialização e nas conquistas trabalhistas, o turismo rural se expande na Europa passando a ser considerado uma atividade econômica promissora, com maior evidência nos países França, Portugal e Itália.

Giuliani (1990) mencionou que esse processo de retorno ao campo é denominado neo-ruralismo, iniciado na década de 1970 na França e em outros países europeus, que expressa a noção de que uma série de valores típicos do velho mundo rural passam por uma revitalização e começam a atrair os moradores da cidade. Destaca que França é pioneira no turismo no espaço rural, em 1971 constituiu a associação *Tourisme em Espace Rural*, e no ano seguinte foi publicado o *Manifeste de Tourisme em Espace Rural,* que colocou o turismo como ferramenta de dinamização do campo, envolvendo uma complementariedade entre a agricultura e o turismo. Solha (2019) destacou que a partir desse crescimento do turismo rural em vários países europeus e nos Estados Unidos da América, surgem uma série de estudos apresentando as perspectivas dessas experiências.

Tulik (2003) relatou que a história do turismo rural no Brasil é muito recente e está ligada às diversas etapas do processo de ocupação do território. As paisagens rurais brasileiras, bem como as suas características distintas, se estabeleceram através dos denominados ciclos econômicos. Menciona que o ciclo do gado, que praticamente aconteceu em todo território nacional, deu origem a roteiros turísticos ricos em folclore e uma culinária diversificada.

A cana de açúcar na zona da mata nordestina, o ciclo do ouro e diamante em Minas Gerais, e o período do café na região sudeste são responsáveis por um patrimônio arquitetônico de grande valor urbano e sobretudo rural. Nos dias de hoje, sedes de fazendas do genuíno período colonial, recebem turistas interessados em conhecer sua história e para se envolver no cotidiano das atividades rurais.

A melhor forma de definir as atividades turísticas que são desenvolvidas no meio rural brasileiro, ainda é um tema que gera muitas discussões, em grande parte devido a sua extensão territorial e suas singularidades regionais. De acordo com Zimmermann (1996), não há referências precisas para determinar o início da atividade no Brasil, mas sabe-se que a primeira iniciativa oficial com o emprego do termo Turismo Rural ocorreu em 1986, na Fazenda Pedras Brancas no município de Lages

– SC. Essa ideia cresceu ao longo do tempo e passou a ser adotada em várias localidades do território do país, tendo como incentivo o desenvolvimento das populações rurais.

Tulik (2003) chamou a atenção para o fato de que no Brasil, devido à influência estrangeira na literatura sobre o turismo rural, muitos conceitos são importados sem maiores adaptações à realidade brasileira.

Nesse sentido, a imprecisão de conceitos sobre o turismo rural está vinculada ao conceito europeu, uma vez que o turismo rural teve sua origem na Europa.

Ao tratar desse conceito no contexto brasileiro, Candiotto (2010) afirmou que todos os negócios que oferecem lazer, descanso, recreação ou qualquer outra atividade relacionada ao turismo podem ser classificados como turismo rural, desde que localizados em áreas rurais.

Para Beni (2002), o turismo rural promove o deslocamento de pessoas para o ambiente rural, em roteiros planejados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para que o turista possa usufruir dos cenários e instalações rurais. Considerou que a aplicação do conceito de turismo nesse espaço, destaca a paisagem e os equipamentos rurais como principais motivadores das viagens desse segmento.

Nesse sentido, Campanhola, Silva (2004) concordaram que o turismo no meio rural está relacionado com atividades de lazer nesse espaço, e que a sua modalidade é definida pelos elementos de cada oferta, como turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo.

Consideraram também que o turismo no espaço rural se caracteriza por ser uma atividade não agrícola, que pode ser executada nas propriedades concomitantemente com as atividades agropecuárias de industrialização, comércio e serviços, em maior ou menor proporção, permitindo às famílias a oportunidade de praticar diferentes atividades, assim como complementar sua renda.

Nesse sentido, Santos (2004) pontuou que o turismo rural promove uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio da diversificação de atrações turísticas, incluindo a possibilidade de estabelecer novas fontes de renda, reduzir o êxodo rural, e promover o intercâmbio cultural e aumentar a consciência ecológica.

Para Tulik (2003), o turismo rural surgiu como uma alternativa de atividade complementar aos indivíduos que vivem na zona rural e que têm sua principal

atividade baseada na agricultura, dessa forma, a atividade dever estar associada sobretudo ao meio de produção rural, com o intuito de complementar a renda, evitar o êxodo rural e impulsionar o desenvolvimento local, sem perder os atributos fundamentais do que é de fato rural.

Solla (2002) considerou que um dos papéis da atividade turística no meio rural é criar alternativas de renda complementar, com o intuito de manter a essa população no campo. Além disso, ele indicou como motivação central do turismo rural os aspectos do patrimônio, num sentido amplo, que envolve a natureza, a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia, os modos de vida, a história, entre outros.

Ao mencionar a infraestrutura que podem oferecer suporte ao turista nas propriedades rurais, Fontana (2005) comentou que o turismo que ocorre nos espaços rurais pode compreender a visitação a propriedade rural, com ou sem pernoite, com o envolvimento ou não do turista nas atividades rurais.

Schneider, Fialho (2000) consideraram que independente de qual definição seja mais apropriada, o principal aspecto a ser considerado refere-se a utilização desse ambiente rural. Ressaltam que é importante entender que esse espaço rural vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, eles concordam que aspectos relacionados ao lazer estão contribuindo para definir a percepção simbólica da população urbana

Ao referir-se ao turismo sustentável, a OMT (2003) considerou que este deverá fundamentar-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, há de ser ecologicamente sustentável em longo prazo, economicamente viável e equitativo numa perspectiva ética e social para comunidades locais.

Neste sentido, entender como os estudos realizados abordam o tema proporciona um mapa conceitual de valor para os estudos futuros.

1.4 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é um levantamento de cunho bibliométrico em busca das tendências da temática pesquisada, o que, segundo Richardson (2012), objetiva levantar informações registradas a respeito de um determinado fenômeno para entender sua evolução no tempo e variáveis importantes para o seu entendimento.

Os dados foram coletados de fontes secundárias, sendo dados já registrados em um estudo quantitativo sobre a produção científica relacionado ao turismo rural e agricultura familiar no contexto da sustentabilidade rural no período de 2010 a 2019, em dissertações e teses que constam na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Tabela 1 descreve as etapas da coleta de dados, com os parâmetros do processo de busca na base de dados da BDTD.

Tabela 1 - Histórico da busca de seleção de dissertações e teses para análise de dados

Histórico de buscas	Expressões no título ou palavras-chave	Dissertações	Teses	Total
1ª busca	Turismo rural	390	125	515
2ª busca	Turismo rural e sustentabilidade rural	79	34	113
3ª busca	Turismo rural; sustentabilidade rural e agricultura familiar	32	13	45
4ª busca	Ano de defesa: 2010 a 2019	26	08	34
Ajustes por duplicidade, idioma e temática fora do eixo de turismo rural		**12**	**04**	**16**

Fonte: BDTD, 2019

No primeiro momento, buscaram-se dissertações e teses que utilizaram em seu título e/ou palavra-chave a expressão “turismo rural”, com retorno de 515 estudos, sendo 390 dissertações e 125 teses. Na sequência, refinou-se a busca considerando a inclusão da expressão “sustentabilidade rural”.

Com as duas expressões, foram selecionados 113 estudos, dos quais 79 dissertações e 34 teses. Em seguida, a busca utilizou a expressão “turismo rural” e “sustentabilidade rural” em conjunto com “agricultura familiar”, que resultou em 45 estudos, dos quais 32 dissertações e 13 teses.

Por último, fez-se o corte temporal de 2010 a 2019, com o objetivo de encontrar uma amostra atualizada sobre o tema, totalizando 28 dissertações e 21 teses. Efetuou-se a leitura do título e resumo dos trabalhos, para identificar as pesquisas relacionadas com o objetivo desse estudo, excluindo-se os trabalhos que não contribuíram para a presente análise, desviadas do eixo proposta que é turismo rural. Destes, resultaram em 16 objetos para base de pesquisa, representados por 12 dissertações e 04 teses.

A Tabela 2 relaciona as dissertações e teses selecionadas, utilizando para análises das publicações catalogadas a abordagem quantitativa.

Tabela 2 – Relação de dissertações e teses objetos da pesquisa

Nº	Título	Tipo	Defesa	Autoria	Universidade
1	A atividade turística e sua territorialidade no espaço rural da Amusep, norte do Paraná	dissertação	2011	Franciely Fernandes Azarias	Universidade Estadual de Maringá
2	Assistência técnica e extensão no desenvolvimento e promoção do turismo rural	dissertação	2011	Mauricio Schaidhauer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3	Cenários para o turismo rural na zona da mata norte de Pernambuco: concepção a partir de indicadores de sustentabilidade ambiental dos equipamentos	dissertação	2013	Sandra Aparecida da Silva Pereira	Universidade Federal Rural de Pernambuco
4	Agricultura familiar e turismo: perspectivas de desenvolvimento no município de Apodi – RN	dissertação	2014	Raimunda Maria Marques de Azevedo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
5	Desvendando o turismo em Barra do Piraí: um estudo sobre o turismo rural e sua relação com o desenvolvimento local	dissertação	2014	Marlen Maria Cabral Ramalho	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
6	Roteiro de agroturismo de São Pedro da Serra e arredores, Nova Friburgo - RJ: potencialidades e limitações	dissertação	2014	Lia Carla Carneiro Caldas	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
7	Turismo rural, sustentabilidade e o serviço público de extensão rural no estado de São Paulo	dissertação	2014	Alexandre Mendes de Pinho	Universidade Federal de São Carlos
8	Turismo rural sustentável uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no oeste do Paraná	dissertação	2015	Fernanda Cristina Sanches	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
9	Indicadores de sustentabilidade sob os aspectos do lazer e agroturismo em propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon – PR	dissertação	2016	Cristiano Luiz Metzner	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
10	O turismo no espaço rural: o caso do agroturismo caipira, município de Borborema – SP	dissertação	2016	Andreia Fuzineli Fernandes	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
11	Turismo rural e sustentabilidade: uma análise de múltiplos casos no Estado de Roraima	dissertação	2017	Suelen Santos Bezerra	Universidade Federal de Roraima
12	Potencial turístico de agroindústrias familiares como opção de desenvolvimento rural sustentável no município de Guaraniaçu – PR	dissertação	2019	Sergio Luiz Salvadori	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
13	As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga – SC	tese	2012	Nestor Francisco Rambo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
14	Turismo rural: uma viagem de inclusão produtiva	tese	2013	Angela Marcia de Souza	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
15	Agricultura familiar e turismo: um estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo	tese	2014	Tarita Schnitman	Universidade de São Paulo
16	Reinvenção espacial: agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade?	Tese	2011	Carmen Rejane Pacheco Porto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: (BDTD, 2019)

Os dados foram tratados por estatística simples, com o uso do *software* Excel para organização e demonstração das principais características consideradas no presente estudo.

Essas características estão relacionadas ao ano da defesa, ao estado onde a pesquisa foi realizada, à quantidade de obras e principais autores utilizados como referência ao tema de turismo rural, às instituições de ensino superior (IES) e seus respectivos programas de pós-graduação, ao ano de fundação dos programas e suas áreas básicas, ao conceito Capes, às amostras utilizadas nos estudos, e, por fim, aos seus objetivos e resultados.

1.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como análise inicial de resultados, na Tabela 3 são apresentadas questões temporais e territoriais relacionadas ao portfólio de dissertações e teses alvo deste estudo. Na coleta efetuada, identificou-se que o tema do turismo rural está relacionado na maioria dos casos com dissertações, e na análise de séries temporais há uma maior concentração de defesas no ano de 2014, seguido pelos anos de 2011, 2013 e 2016, respectivamente.

Quanto às regiões estudadas, apresentam-se na sua maioria relacionadas as regiões Sul e Sudeste, aparecendo em destaque os estados do Paraná e São Paulo.

Tabela 3 – Caracterização temporal e territorial das pesquisas

Tipo	**Qtde.**	**%**	**Estado**	**Qtde.**	**%**
Dissertação	12	75,0	Paraná – Sul	04	25,0
Tese	04	25,0	São Paulo – Sudeste	04	25,0
Total	**16**	**100%**	Rio de Janeiro – Sudeste	03	18,7
Ano	**Qtde.**	**%**	Rio Grande do Sul – Sul	03	18,7
2011	03	18,7	Pernambuco – Nordeste	01	6,2
2012	01	6,2	Roraima – Norte	01	6,2
2013	02	12,5	**Total**	**16**	**100,00%**
2014	05	31,2	Sudeste	07	43,7
2015	01	6,2	Sul	07	43,7
2016	02	12,5	Nordeste	01	6,2
2017	01	6,2	Norte	01	6,2
2019	01	6,2	Centro-Oeste	0	0
Total	**16**	**100,00%**	**Total**	**16**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As IES, na configuração de agente social por natureza, através da realização do ensino, pesquisas e extensão, conduzem e potencializam processos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento local e regional. Na Tabela 4, é apresentado o quantitativo das pesquisas por IES e por seus respectivos programas de pós-graduação (PPG) identificados na Plataforma Sucupira.

Tabela 4 – IES, PPG e conceito Capes

IES / PPG	**Frequência**	**Dissertação**	**Tese**	**Total**
UEM Universidade Estadual de Maringá	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	contagem	01	02	**03**
	% do total	6,3%	12,5%	**18,8%**
UFRPE Universidade Federal de Pernambuco	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
UFRRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro	contagem	03	0	**03**
	% do total	18,8%	0,0%	**18,8%**
UFSCar Universidade Federal de São Carlos	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná	contagem	03	0	**01**
	% do total	18,8%	0,0%	**18,8%**
UFRR Universidade Federal de Roraima	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
USP Universidade de São Paulo	contagem	0	01	**01**
	% do total	0,0%	6,3%	**6,3%**
UNESP Universidade Estadual Paulista	contagem	01	01	**02**
	% do total	6,3%	6,3%	**12,5%**
PPG em Geografia – UEM Capes 5	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Desenvolvimento Rural – UFRGS Capes 6	contagem	01	02	**03**
	% do total	6,3%	12,5%	**18,8%**
PPG em Administração e Desenvolvimento Rural – UFRPE Capes 4	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – UFRRJ Capes 3	contagem	02	0	**02**
	% do total	12,5%	0,0%	**12,5%**
PPG em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – UFRRJ – Capes 3	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Sustentabilidade na Gestão Ambiental – UFSCar Capes 3	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Ciências Ambientais – UNIOESTE Capes 3	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE Capes 4	contagem	02	0	**02**
	% do total	12,5%	0,0%	**12,5%**
PPG em Recursos Naturais – UFRR Capes 4	contagem	01	0	**01**
	% do total	6,3%	0,0%	**6,3%**
PPG em Interunidades em Ecologia Aplicada – USP Capes 7	contagem	0	01	**01**
	% do total	0,0%	6,3%	**6,3%**
PPG em Agronegócio e Desenvolvimento – UNESP Capes 4	contagem	01	01	**02**
	% do total	6,3%	6,3%	**12,5%**
Total	**contagem**	**12**	**04**	**16**
	% do total	**75%**	**25%**	**100%**

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Primeiramente, ressalta-se que a totalidade das instituições são públicas, com 05 federais e 04 estaduais. Os resultados das pesquisas são idênticos em quantitativos para Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 18,75% do total da amostra cada; seguida pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 12,5%, e as demais são representadas por somente uma pesquisa relacionada ao tema.

Quanto a avaliação periódica da Capes, a maioria dos programas apresenta desempenho regular e bom, representado pelas avaliações 03 e 04; um programa aponta um desempenho considerado ótimo, demonstrado pela nota 05; e outros dois indicam um desempenho de alto padrão, representados pelas notas 06 e 07.

Na tentativa de analisar o nível de profundidade do referencial destinado ao tema do turismo rural, buscou-se levantar o número de obras utilizadas pelos autores em suas teses e dissertações. A Tabela 5 indica que foram utilizadas de 06 a 10 obras em cada referencial, principalmente nas dissertações, seguida pela utilização de 9 a 15 e 14 a 20 obras, indicando que existem diversos autores que pesquisam o tema e sob diversas abordagens.

Tabela 5 – Quantidade de referências sobre turismo rural e páginas

Obras sobre turismo rural / número de páginas	**Frequência**	**Dissertação**	**Tese**	**Total**
Até 5 obras referenciadas	contagem	01	01	02
	% do total	6,3%	6,3%	12,5%
Acima de 5 até 10 obras referenciadas	contagem	04	03	07
	% do total	25,0%	18,8%	43,8%
Acima de 10 até 15 obras referenciadas	contagem	03	0	03
	% do total	18,8%	0,0%	18,8%
Acima de 15 até 20 obras referenciadas	contagem	03	0	03
	% do total	18,8%	0,0%	18,8%
Acima de 25 até 30 obras referenciadas	contagem	01	0	01
	% do total	6,3%	0,0%	6,3%
Até 100 páginas	contagem	03	0	03
	% do total	18,8%	0,0%	18,8%
Acima de 100 até 150 páginas	contagem	09	0	09
	% do total	56,3%	0,0%	56,3%
Acima de 150 até 200 páginas	contagem	0	03	03
	% do total	0,0%	18,8%	18,8%
Acima de 200 páginas	contagem	0	01	01
	% do total	0,0%	6,3%	6,3%
Total	**contagem**	**12**	**04**	**16**
	% do total	**75%**	**25%**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto ao número de páginas das pesquisas, identificou-se uma conformidade com o tipo de pós-graduação. No caso dos mestrados, que são cursos analíticos e de menor duração, em média de dois anos, as dissertações concentraram-se em até 150 páginas. Em relação aos programas de doutorado, que possuem um maior nível de profundidade em relação à área de pesquisa e maior tempo de duração, em média 4 anos, tendo como contribuição final uma nova visão sobre o tema, encontra-se uma maior quantidade de páginas nas teses, com maior concentração iniciando acima de 150 páginas, seguida de acima de 200 páginas.

Na Figura 1, utilizou-se a nuvem das palavras-chaves como ferramenta de análise, identificando através desta, as palavras chaves predominantes e os conceitos e ideias expostas nas pesquisas.

Figura 1 – Nuvem das palavras chaves da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De forma evidente, encontra-se a expressão “turismo rural”, que representa o foco principal dos estudos, seguida pela representação dos atores a serem estudados nas pesquisas relativos ao termo “agricultura familiar”. Em seguida, as palavras “sustentabilidade” e “turismo sustentável”, indicando não a resposta do problema de

pesquisa, mas uma representação de que os estudos têm como eixo a importância do turismo rural para o desenvolvimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

As demais palavras identificadas na nuvem estão difusamente relacionadas a diversos conceitos de desenvolvimento, que abrangem não somente a esfera econômica, mas que também estão relacionadas à coletividade. Identificou-se também os aspectos territoriais, políticos e sociais, denominando assim os objetivos das pesquisas, que foram as avaliações dos agricultores familiares e outros atores envolvidos com o turismo no espaço rural frente às características que envolvem a atividade do turismo rural.

Na concepção de que o turismo rural tem como objetivo complementar a renda das famílias que vivem no ambiente rural, diminuir o êxodo rural, promover o intercâmbio cultural e consciência ecológica, na Tabela 6 foram identificadas as amostras utilizadas, onde massivamente foram estudados os agricultores familiares e suas famílias, seguido por representantes de instituições que apoiam o desenvolvimento rural, local ou regional.

Tabela 6 – Amostras utilizadas nos estudos sobre Turismo Rural

Amostras utilizadas nos estudos	**Qtde.**	**%**
Agricultores familiares	406	54,9
Representantes de instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento rural	123	16,6
Proprietários de empreendimentos de turismo no espaço rural	76	10,3
Turistas	71	9,6
Agentes relacionados com o turismo local	44	6,0
Agentes do poder público	08	1,1
Representante de associação comunitária	07	0,9
Diretores de cooperativas de agricultura familiar	02	0,3
Representantes de sindicato dos trabalhadores rurais	02	0,3
Total	**739**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em quantidades menos abrangente, mas ainda importantes, constatou-se a participação nas pesquisas destes proprietários de empreendimentos de turismo no espaço rural, dos turistas desse segmento e de agentes relacionados com o turismo local. Nessa inter-relação do turismo rural com as representações das esferas governamentais, verificou-se nas pesquisas a presença de agentes do poder público, de representantes de associações comunitárias, de diretores de cooperativas de agricultura familiar e representantes de sindicato dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, o turismo rural proporciona usufruir as práticas sociais, econômicas e culturais do meio rural, é uma atividade complementar aos indivíduos que vivem nesse meio, que pode representar uma alternativa complementar de renda, de geração de emprego, de evitar o êxodo rural, além de promover o desenvolvimento local (TULIK, 2003; SCHNEIDER, 2006).

Na Tabela 7, encontra-se o levantamento sobre os autores mais citados em relação ao tema do turismo rural, que abrange a publicação de diversas obras em distintos anos. Apresentam-se as respectivas áreas de formação dos autores, predominantemente geografia, seguida de comunicação, educação, engenharia agrícola, sociologia, ciências agropecuárias e extensão rural. Entre os autores mais citados na amostra desse estudo, identificou-se as pesquisas de Adyr Aparecida Balestri Rodrigues, Anderson Pereira Portugues, Olga Tulik, Luciano Zanetti Pessoa Candiotto, Carminda Cavaco, Doris Van De Meene Ruschmann, Artur Cristóvão, Marcelino de Souza, Mario Carlos Beni, Sergio Schneider e Eurico de Oliveira Santos.

Tabela 7 – Principais autores citados relacionados ao turismo rural

Principais autores citados	Formação	Qtde.	%
Adyr Aparecida Balastreri Rodrigues	geografia	11	5,9
Anderson Pereira Portugues	geografia	08	4,3
Olga Tulik	geografia	08	4,3
Luciano Zanetti Pessoa Candioto	geografia	07	3,8
Carminda Cavaco	geografia	06	3,2
Doris Van de Meene Ruschmann	comunicação	06	3,2
Artur Cristovão	educação	05	2,7
Marcelino de Souza	engenharia agrícola	05	2,7
Mario Carlos Beni	comunicação	05	2,7
Sergio Schneider	sociologia	05	2,7
Eurico de Oliveira Santos	ciências agropecuárias	05	2,7
Ivo Elesbão	geografia	04	2,1
Margarita Barreto	educação	03	1,6
Xosé Manuel Santos Solla	geografia	03	1,6
José Graziano da Silva	agronomia	03	1,6
Flavia de Araújo Pedron	extensão rural	03	1,6
citações relacionadas a 01 e 02 autores		103	52,7
Total		**184**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Cabe destaque também para Ivo Elesbão, que apresenta uma discussão sobre as transformações que ocorrem no espaço rural a partir do turismo. Outra autora que influencia os estudos em turismo é Margarita Barreto, que estabelece uma discussão social e antropológica do conceito.

O autor Xosé Manuel Santos Solla apresenta uma discussão sobre o papel do turismo no meio rural como alternativa que promove o aumento da renda. José Graziano da Silva defende o ponto de vista de que o rural deve ser compreendido a partir do ponto de vista do espacial como um ‘continuum’ do urbano. E ainda Flavia de Araújo Pedron, que faz uma reflexão sobre a importância do planejamento da atividade, que considera o estudo a partir de roteiros já estabelecidos.

Embora o estudo do tema turismo rural seja teoricamente recente no Brasil, vários autores vêm desenvolvendo trabalhos nessa área, que possibilitou a ampliação do conhecimento que se tinha sobre esse assunto. Discussões e debates ajudaram sistematizar os conhecimentos necessários à fundamentação teórica e prática do turismo rural.

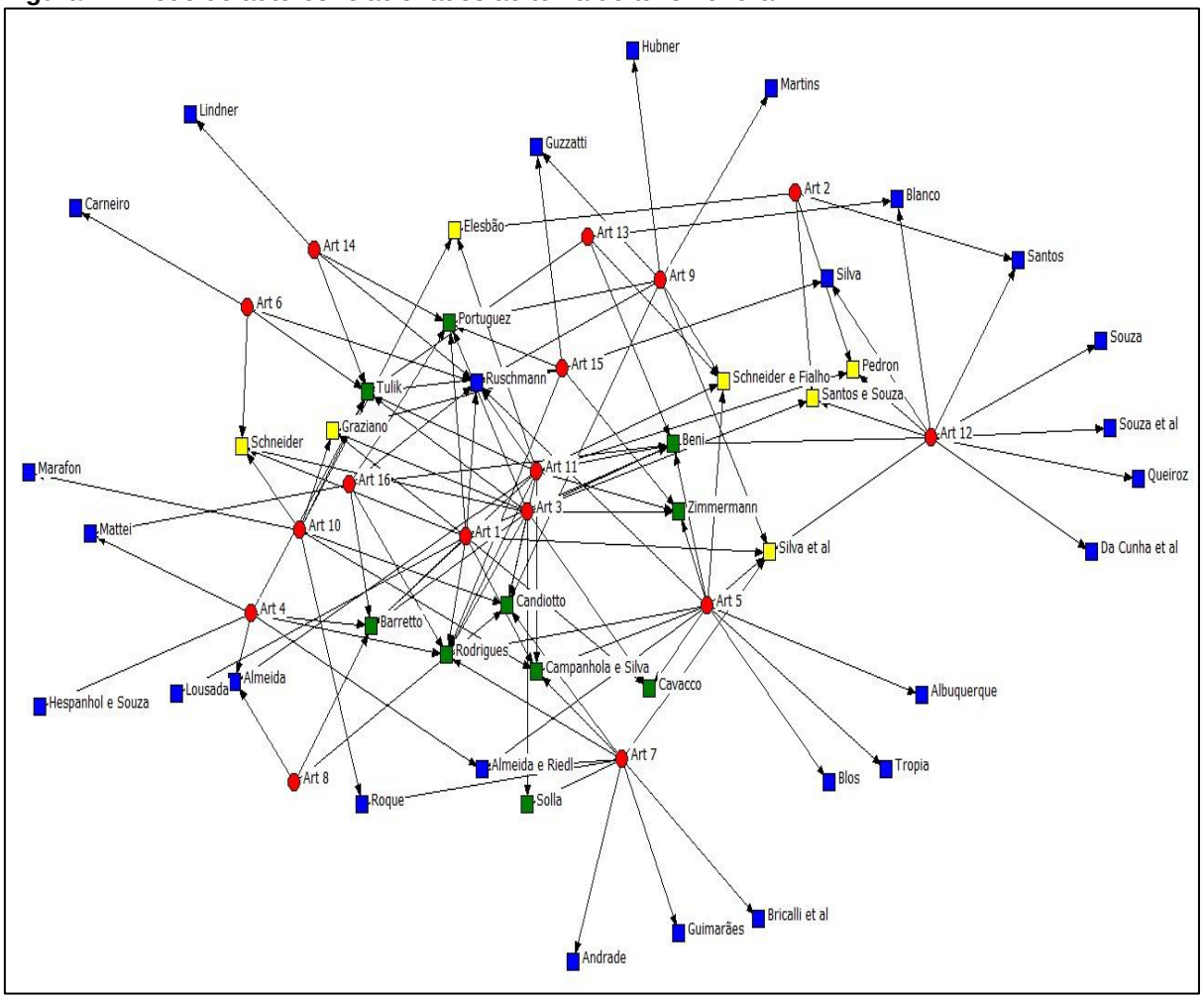
A revisão da literatura revela que a partir da década de 1990 o turismo rural no Brasil passou a ter um impacto significativo no meio acadêmico. Projetos de investigação realizados individualmente dedicam-se nas diferentes manifestações do turismo no espaço rural.

Em sua pesquisa, Bagega e Werlang (2017) elaboraram um mapeamento bibliométrico das publicações sobre turismo rural, com o propósito de apresentar dados e indicadores a respeito do tema. Dentre os dados encontrados, eles identificaram que os artigos relacionados a esse tema, em sua maior parte, foram elaborados por dois ou três autores.

Em outra pesquisa, Araujo e Strassburger (2019) apresentaram uma análise de produção científica, que evidenciou as características bibliográficas, bibliométricas e sociométricas dos trabalhos analisados. Dentre os resultados, eles indicam que ainda não há uma rede forte de interação entre os pesquisadores do tema turismo rural.

A Figura 2 ilustra a relevância dos autores mais citados nas dissertações e teses pesquisadas sobre o tema turismo rural. Utilizou-se a ferramenta de análise das redes sociais, que demonstra as interações entre uma classe de indivíduos.

Figura 2 – Rede de autores relacionados ao tema do turismo rural



■	Autores mais citados	■	Demais autores
■	Autores relevantes	●	Obras – 01 a 16

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Pode-se verificar na Figura 2 que há um destaque na rede de autores para 09 pesquisadores que constam como mais citados, nas teses e dissertações pesquisadas (Barretto, Beni, Candiotto, Campanhola e Silva, Cavaco, Portuguez, Rodrigues, Tulik, Zimmermann), seguidos por outros 07 pesquisadores (Elesbão, Graziano, Pedron, Santos e Souza, Schneider e Fialho, Schneider, e Silva *et al*). Assim, pela estrutura apresentada e posicionamento dos autores, constata-se que seus conceitos são relevantes para estudos sobre o tema.

No contexto de análise e discussão desse tema, constatou-se que os estudos ainda estão em construção e evolução, frente aos resultados alcançados na pesquisa das dissertações e teses do presente portfólio.

A Tabela 8 demonstrou que o turismo rural associado à agricultura familiar conforma os temas mais tratados e os aspectos que geram potencial a partir dessa atividade turística dentre os principais assuntos das pesquisas, buscando identificar como os atores sociais se comportam em relação ao turismo no meio rural com as atividades agrícolas.

Tabela 8 – Objetivos dos estudos e sua relação com o turismo rural

Turismo rural em relação aos objetivos dos estudos	**Qtde.**	**%**
Turismo rural associado a agricultura familiar	05	31,3
Turismo rural associado a gestão de equipamentos de turismo	04	25,0
Turismo rural associado a desenvolvimento local	02	12,5
Turismo rural associado a entidades de assistência técnica e extensão rural	02	12,5
Turismo rural associado a práticas de sustentabilidade	02	12,5
Turismo rural associado a políticas públicas	01	6,3
Total	**16**	**100%**
Pontos específicos citados nos objetivos	**Qtde.**	**%**
Territórios: potencialidade do turismo rural	06	37,5
Gestão dos equipamentos de turismo rural	03	18,8
Territórios: pluriatividade familiar	03	18,8
ATER	01	6,3
PRONAF	01	6,3
Territórios: arranjos espaciais históricos	01	6,3
Territórios: percepção de atores sociais envolvidos com turismo rural	01	6,3
Total	**16**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No Quadro 1 elencou-se as sínteses das conclusões em relação aos objetivos das teses e dissertações, compartilhando alguns elementos-chave, relacionando o turismo rural com a agricultura familiar.

Quadro 1 – Principais conclusões dos estudos analisados

Objetivo	Síntese das conclusões
Turismo rural e a economia	Verificou-se que há fragilidades no âmbito da formação de organizações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e assistência técnica na oferta de **turismo rural** desenvolvido pela agricultura familiar.
Assistência técnica e o turismo rural	Os resultados evidenciam que não existem diretrizes de planejamento das entidades de ATER que orientem os técnicos extensionistas para desenvolverem o **turismo rural**.
Gestão ambiental e o turismo rural	Os resultados demonstram que embora não haja práticas de gestão ambiental nos equipamentos de **turismo rural**, há uma preocupação e ações que visam minimizar os impactos e danos causados ao ambiente natural.
Turismo rural e o PRT	Constatou-se que o PRT não é adotado como estratégia para o desenvolvimento do **turismo rural**. Além disso, há a necessidade de ações direcionadas ao planejamento da atividade turística dos empreendedores locais.
Turismo rural e o desenvolvimento local	É possível observar que as potencialidades do **turismo rural** no município de Barra do Pirai têm influenciado de forma eficiente no desenvolvimento do local.
Proposta de roteiro de agroturismo	A pesquisa concentrou-se na dinâmica do desenvolvimento regional, no histórico da localidade, e na trajetória histórica das famílias agricultoras, que hoje atuam com o **turismo rural.**
Os extensionistas e o turismo rural	A partir dos dados coletados percebeu-se que, os técnicos reconhecem o papel do serviço de extensão no contexto de **turismo rural**, tanto sob o desenvolvimento econômico, quanto pela articulação e mediação.
Sustentabilidade ambiental do turismo rural	Os resultados apontam para o fato de que as ações de sustentabilidade ambiental realizadas pelos empreendimentos do roteiro turístico são classificadas como potencialmente sustentáveis. O **turismo rural** contribui no âmbito sociocultural, econômico e ambiental.
O agro turismo e o desenvolvimento rural sustentável	Dentro da perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, as propriedades estão desenvolvendo alternativas de trabalho, além das tradicionais, como o **turismo rural**, oferecendo mudanças para a vida das pessoas, e com ganhos para o meio ambiente.
O turismo no espaço rural	Concluiu-se que o Caminho Caipira possui potencial para o **turismo rural**, e que a adoção da venda direta foi baseada nos princípios de sustentabilidade e produção orgânica.
O turismo rural em Roraima	Conclui-se que o **turismo rural** em Roraima é incipiente. Quanto à dimensão ambiental da sustentabilidade, verificou-se que das propriedades observadas, apenas uma pratica o turismo rural.
O turismo na agricultura familiar	Conclui-se que a introdução das atividades do **turismo rural** na agricultura familiar é viável por complementar a renda das famílias envolvidas.
Novas ruralidades e a sustentabilidade	As novas ruralidades no município do Itapiranga – SC geram renda e oportunidades de trabalho nas pequenas propriedades agrícolas familiares, dentre elas o **turismo rural**, que pode contribuir para o desenvolvimento local.
Políticas públicas no espaço rural	Introduzir atividade não agrária no meio rural, como o **turismo rural**, tem como finalidade integrar a comunidade local, referenciadas nas políticas, visto que essa atividade promove a geração de renda, a e inclusão social.
O turismo e a agricultura familiar	Trata-se de considerar os efeitos da atividade do **turismo rural** para manutenção do tecido social e cultural, a promoção da segurança alimentar, a reprodução socioeconômica das famílias e a preservação dos recursos naturais.
As transformações espaciais entre os anos 1997 e 2009	A análise permitiu a elaboração do conjunto de indicadores, possibilita também a interpretação das práticas da agricultura e do **turismo rural**, consoante com os princípios da sustentabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em resposta a pergunta do estudo, os resultados demonstraram que existe uma semelhança nas pesquisas relacionadas ao Turismo Rural, são identificados como gerador de fragilidade a falta de elaboração de políticas públicas efetivas, para adoção de estratégias para promover o desenvolvimento local e regional. Nesse cenário, as pesquisas indicaram que se faz necessário elaborar diretrizes que possam orientar qual é o papel dos técnicos extensionistas, no sentido de estabelecer uma

orientação para os proprietários que atuam na atividade do turismo rural, há, portanto, um reconhecimento da importância dessa mediação entre técnicos e proprietários rurais.

Outra similaridade encontrada, discutiu o papel das políticas públicas, mais especificamente sobre a adoção do Plano Regional de Turismo, que deveria ser aplicado como uma estratégia para o desenvolvimento local. Observa-se que nessas análises ressaltou-se a importância da atuação das esferas públicas governamentais, a partir de um entendimento de que através da promoção dessa atividade, busca-se possibilitar o fortalecimento da preservação cultural, dos recursos naturais, assim como o incremento de renda.

Nesse contexto, estudiosos consideram que para haver um maior entendimento da atividade no meio rural, também é significativo estudar a trajetória histórica de agricultores que trabalham com o turismo rural, pois a partir de suas vivências e experiências, pode-se estabelecer um caminho a ser seguido, que em algumas situações resultam em parcerias entre vizinhos através da elaboração de roteiros.

Outra semelhança apresentada nas análises, demonstrou que as práticas que envolvem o turismo rural contribuem para a ações voltadas para os princípios da sustentabilidade, porém, é necessário que haja um entendimento por parte dos atores envolvidos sobre os aspectos que abrangem essa prática. Nesse cenário, o turismo pode ser uma alternativa viável para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no âmbito social, ambiental e econômico.

1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta ao objetivo do estudo, de analisar a produção científica brasileira a respeito do turismo rural no contexto da agricultura familiar, identificou-se nos dezesseis trabalhos que a grande maioria deles trata das fragilidades na elaboração de políticas públicas eficazes, que destacassem as potencialidades da atividade com objetivo de promover o desenvolvimento local. Nesse cenário, mencionou-se também a relevância do papel dos técnicos extensionistas para favorecer a mediação com os agricultores familiares, no contexto da atividade turística.

Os estudos indicaram em suas análises, que o turismo rural contribui com ações que promovem a sustentabilidade, pois além de incrementar a renda do

agricultor, também fortalece a prática de cultura e os cuidados ambientais. Nesse sentido a atividade pode ser considerada como uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, além de propor a elaboração de futuros indicadores para sua interpretação e análise.

A maioria dos estudos foram realizados nas regiões Sul e Sudeste, com menor representatividade para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Nesse cenário, vários pesquisadores apresentam o tema do turismo rural no contexto das atividades produtivas realizadas pela agricultura familiar, denominada como as novas ruralidades como atividade que agrega desenvolvimento e sustentabilidade para o meio rural.

O objetivo do estudo foi alcançado, e os resultados indicaram que, em geral, estudos sobre Turismo Rural, estão se tornando mais significativos à luz do cenário atual, cuja palavra de ordem é sustentabilidade.

Corroboram os autores supracitados, que esse segmento de turismo visa fortalecer a preservação do patrimônio cultural, dos recursos naturais, assim como promover o incremento da renda da propriedade. Seu entendimento e experiências descritas, ressaltaram o papel de políticas públicas eficazes nesse contexto rural. Além disso, também é importante pesquisar os caminhos históricos percorridos para fundamentar a atividade.

A pesquisa teve como limitação o período do recorte metodológico, além de não ter se embasado em artigos acadêmicos, que são um subproduto dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. É importante ressaltar que a análise teve como amostra um universo representativo, com procedimentos metodológicos bem delimitados e análises realizadas a partir das fontes secundárias, disponíveis na BDTD.

Para futuras pesquisas envolvendo a temática do turismo rural e agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável, sugere-se o desenvolvimento em contextos mais abrangentes do desenvolvimento sustentável, incluindo perspectivas de análise social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

ARAUJO, T.; STRASSBURGER, N. C. Políticas públicas para o turismo rural sustentável: uma análise da produção científica. In: **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 130-151, maio/ago. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/68938. Acesso em: 10 out. 2022

AZARIAS, F. F. **A atividade turística e sua territorialidade no espaço rural da Amusep, norte do Paraná.** 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2768. Acesso em: 10 out. 2021

AZEVEDO, R. M.M. **Agricultura familiar e turismo:** perspectivas de desenvolvimento no município de Apodi, RN. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1513. Acesso em: 10 jul. 2021.

BAGEGA, C.; WERLANG, N. Turismo rural: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2, p. 278-300, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo /article/view/12864. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo.** Campinas: Papirus, 2004.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo.** 5. Ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

BEZERRA, S. S. **Turismo rural e sustentabilidade**. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRR-6_7ef2ef329ce1e17778db22db1ab58ed6. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: http://www.institutobrasilrural.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

CALDAS, L. C. C. **Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e arredores, Nova Friburgo-RJ**: potencialidades e limitações. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4273. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. **O novo rural brasileiro:** novas atividades rurais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. V. 6. Disponível em: https://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00074530.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203. Acesso em: 10 out. 2021.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. **Turismo e geografia reflexões teóricas e enfoques regionais.** 3.· ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CORBARI, F. **Transição agroecológica:** um estudo de experiências no Brasil e no México. 2020. 286f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5334/2/F%c3%a 1bio_Corbari_2020.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

ELESBÃO, I. O Turismo no contexto nas transformações do espaço brasileiro. In: CRISTÓVÃO, A*. et al* (Org) **Turismo rural em tempos de novas ruralidades.** Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ELESBÃO, I. **Transformações no espaço rural a partir do turismo:** um olhar sobre São Martinho, SC. 2007. 342f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104324/elesbao_i_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERNANDES, A.F. **O turismo no espaço rural:** o caso do agroturismo Caminho Caipira, município de Borborema, SP. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, Tupã, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/141513. Acesso em: 15 jun. 2021

FONTANA, R. **Desenvolvimento do turismo rural no norte do Paraná:** estudo do caso da Fazenda Ubatuba, Apucarana, PR. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.radarciencia.org/artigo/desenvolvimento-do-turismo-rural-no-norte-do-parana-estudo-de-caso-da-fazenda-ubatuba-apucarana-pr. Acesso em: 15 set. 2021.

GARNER, E.; O CAMPOS, A. P. de la. **Identifying the "family farm**": an informal discussion of the concepts and definitions. ESA Working Paper n. 10-14. Rome, FAO, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/3/i4306e/i4306e.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

GIULIANI, G. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** [S.l.], ano 5, n. 14, p. 59-67, out. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_05.pdf. Acesso em: 21 out. 2021

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil. **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v. 25, n.1, p. 299-322, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277108037_Mercados_agroalimentares_e_a_agricultura_familiar_no_Brasil_agregacao_de_valor_cadeias_integradas_e_circuitos_regionais. Acesso em: 15 jun. 2022

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista de Geografia Agrária Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em:

https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776. Acesso em: 18 jun. 2022

MENDONÇA, M. **Gestão integrada de turismo no espaço rural**. 2006. 305f. Tese (Doutorado Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3289/ TeseMCAM.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 jun. 2022.

METZNER, C. L. **Indicadores de sustentabilidade sob aspectos do lazer e agroturismo em propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon, Pr**. 2016. 84f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/1515. Acesso em: 18 jun. 2022.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Traduzido por: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT**). Diretrizes globais para a reabertura do turismo.** Madrid, Spain, 2020. Disponível em:https://webunwto.s3.eu-west-1. amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/ UNWTO-Global-Guidelines-to-RestartTourism.pdf. Acesso em: 16 Jul. 2022.

PEREIRA, A. S. Cenários do turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco: concepção a partir de indicadores de sustentabilidade ambiental dos equipamentos. 2013. 97 f. **Dissertação de Mestrado** (Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4664. Acesso em: 18 jun. 2022.

PINHO, A.M. **Turismo rural, sustentabilidade e o serviço público de extensão rural no Estado de São Paulo.** 2014. 93f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6783. Acesso em: 18 jun. 2022.

PORTO, C. R. P. **Reinvenção espacial:** agroecologia e turismo – sustentabilidade ou insustentabilidade? 2011. 303f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32697. Acesso em: 18 jun. 2022.

RAMALHO, M. M. C. **Desvendando o turismo em Barra do Piraí:** um estudo sobre o turismo rural e sua relação com o desenvolvimento local. 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1459. Acesso em: 18 jun. 2022.

RAMBO, N. F. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga, SC**. 2012. 228f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56282. Acesso em: 18 jun. 2022.
RICHARDSON, R. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.· ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUSCHMANN, D. V. M. O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 2000.

SALVADORI, S. L**. Potencial turístico de agroindústrias familiares como opção de desenvolvimento rural sustentável no município de Guaraniaçu – Pr**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4568. Acesso em: 18 nov. 2021.

SANCHES, F. C. **Turismo Rural Sustentável:** uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no oeste do Paraná. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/1815. Acesso em: 18 jun. 2022.

SANTOS, E. **O agroturismo e turismo rural em propriedades da metade sul do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

SCHAIDHAUER, M. **Assistência técnica e extensão no desenvolvimento e promoção do turismo rural.** 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36393. Acesso em: 18 jun. 2022.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. Situando a desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 30, n. 3(119), p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas. In: BRASIL, Ministério do Turismo. (org.) **Turismo social:** diálogos de turismo – uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. V. 1, p. 1-20. Disponível em: https://www.onganama.org.br/pesquisas/artigos/turismo_rural_ schneider.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____.; FIALHO, M. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUCS, 2000.

SCHNITMAN, T. **Agricultura familiar e turismo:** estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo. 2014. 168p. Tese (Doutorado em Energia Nuclear na Agricultura) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-09122014-102428/pt-br.php. Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA, J. Graziano da *et al* Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: RIELDL, Mário et. Al. (org**.) Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, M.; HAYASHI, C.; HAYASHI, M. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. In: **CID** – **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/%20article/view/42337/46008. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOLHA, K. T. O universo rural e a oferta da experiência do turismo rural no Brasil. **Revista Rosa dos Ventos**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4735/473561121007/473561121007.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOLLA, X. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, A. M. **Turismo Rural**: uma viagem de inclusão produtiva. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123356?locale-attribute=en. Acesso em: 18 jul. 2022.

TULIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: CRUZ, L. (org.). **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 2003.

WANDERLEY, M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. **Agricultura familiar, realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZANCO, A.; CORBARI, F.; ALVES, A. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. **GeoPantanal**, [S.l.], v. 24, p. 233-250, jan./jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6316~. Acesso em: 18 ago. 2022.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: do Autor, 1996.

2 CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO RURAL NA SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS AO LAGO DE ITAIPU NO PARANA

Resumo: O campo não pode mais ser entendido apenas como um local de produção agrícola, mas também como um cenário de interações socioculturais. Diante disso, evidencia-se a necessidade de contextualizar diversas atividades no meio rural, também conhecidas como pluriatividade, em decorrência da valorização de métodos produtivos que promovam a sustentabilidade, dentre elas, o turismo no espaço rural. A contribuição deste estudo implica em demonstrar que na atividade turística o cuidado com o meio ambiente é fundamental e necessário, pois para ter êxito é preciso levar em conta a preservação ambiental, bem como aspectos relacionados ao social, como valorização da cultura e gastronomia, para que assim, a variável econômica evolua. Nesse sentido, para promover o desenvolvimento do turismo rural sustentável, deve-se efetivamente levar em consideração questões relacionadas ao meio ambiente, sociedade e economia de forma sistêmica, já que todas contribuem para qualquer tipo de atividade. O estudo foi descritivo quantitativo, com corte transversal em 2022, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os dados de fonte primária foram coletados pela primeira vez por uma entrevista e os dados de fonte secundária foram coletados em bibliografia científica, sites oficiais e legislações pertinentes ao tema. O estudo considerou os 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Estado do Paraná, e a população pesquisada foram os 48 proprietários que praticam o turismo rural. Nesse sentido, o estudo buscou responder a seguinte questão: Qual a contribuição do turismo rural na sustentabilidade das propriedades rurais lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná? Os resultados apontaram que para sustentabilidade da atividade em primeiro lugar está o fator econômico, seguido pelo ambiental e social e o entendimento que estes fatores são sistêmicos na garantia da sustentabilidade.

Palavras-chave: Atividade turística. Propriedades rurais. Desenvolvimento sustentável.

CONTRIBUITUION OF RURAL TOURISM TO THE SUSTAINABILITY OF THE PROPERTIES NEIGHBORING THE ITAIPU LAKE IN PARANA

Abstract: The field can no longer be understood as just a place of agricultural production, but also as a background of socio-cultural interactions. Considering this, it is made evident the need to contextualize many activities in rural areas, also known as pluriactivity, as a result of the appreciation of productive methods which promote sustainability, amongst them, tourism in the rural space. The contribution of this study implies in demonstrating that within the touristic activity the care with the environment is fundamental and necessary, since for it to succeed it is necessary to take into account environmental preservation, as well as social-related aspects, such as appreciation of culture and gastronomy, so in that way, the economy may evolve. In this sense, to promote the development of sustainable rural tourism, one must effectively take into account questions related to the environment, society ans economy systematically, since all contribute to any sort of activity. The study was descriptive quantitative with a transversal cut in 2022 without considering the evolution

of data through time. The primary source data was collected at first through interviews and the secondary source data was collected through scientific literature, official websites and legislation pertinent to the theme. The study considered the 15 municipalities neighboring the Itaipu Lake in the state of Paraná, and the researched population were the 48 rural landowners who practice rural tourism. In that regard, the study aimed to answer the following question: What is the contribution of rural tourism in the sustainability of rural properties neighboring Itaipu Lake in Paraná? The results pointed that for the sustainability of the activity in first place is the economical factor, followed by environmental and social and the understanding that these factors are systemic in guaranteeing sustainability.

Keywords: Touristic activity. Rural properties. Sustainable development.

2.1 INTRODUÇÃO

Olhar para as áreas rurais contemporâneas requer primeiro enfocar sua diversidade. Nesse sentido, para ter uma compreensão do espaço rural, outras atividades que não sejam estritamente agrícolas devem fazer parte desse cenário, dentre elas, o turismo rural.

A dinâmica desse espaço rural mostra o surgimento de atividades ali desenvolvidas que nem sempre se dedicam à agricultura, dentre elas o turismo no espaço rural. Nesse cenário, reformulam um conjunto de fatores que incidem sobre o território, definindo-o e caracterizando-o, promovendo alterações estruturais no modo de vida, no emprego, bem como nos aspetos naturais.

Nesse sentido, Graziano da Silva *et al* (2000) considerou que o campo não pode mais ser entendido apenas como um local de produção agrícola, mas sim como um cenário de interações socioculturais. Diante disso, evidencia-se a necessidade de contextualizar diversas atividades econômicas no meio rural, também conhecidas como pluriatividade, em decorrência da valorização de métodos produtivos sustentáveis.

Na busca por entender melhor esse cenário, estudos demonstram que a partir da experiência europeia na década de 1990 em promover o turismo no meio rural, como uma atividade viável do ponto de vista econômico e que valoriza o meio ambiente e a cultura local, a atividade passa a ser vista como uma alternativa de emprego e de desenvolvimento.

Nesse sentido, Candiotto (2010) ressaltou que a expansão desta atividade pelo poder público no Brasil acompanha esse cenário, há por aqui um crescimento

desse segmento a partir da década de 1990, observa-se um aumento de estabelecimentos que iniciaram a oferta do turismo no ambiente rural.

O Ministério do Turismo, cujo objetivo é desenvolver o turismo como atividade econômica autossustentável no Brasil, ao apresentar suas diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, fundamenta-se em aspectos que se referem ao território, à economia, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Apoiado nesses aspectos, o Ministério do Turismo (2003) entendeu que, o segmento envolve um conjunto de atividades turísticas no meio rural, vinculados com a produção agropecuária da propriedade, que agrega valor aos produtos e serviços, valorizando o patrimônio da comunidade.

Em 2004, a partir da necessidade de explicar o turismo rural na agricultura familiar, o governo federal implantou o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como consequência, por iniciativa da Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar), criada em 2001, o governo estadual sanciona, em 2006, a Lei Estadual n. 15.143 que define a atividade turística no âmbito da agricultura familiar. (PARANÁ, 2006).

Para a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado do Paraná (2007, p. 2), o conceito da atividade é apresentado a partir do Programa de Turismo Rural do Paraná como um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Segundo a secretaria, este programa dará ênfase especial ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), pois, no Paraná, a agricultura familiar representa quase que a totalidade dos agricultores. Neste contexto, o desenvolvimento de atividades turísticas nestas comunidades tem-se apresentado como uma eficiente estratégia de promoção de desenvolvimento local, sustentabilidade com a geração de emprego e renda.

Para Almeida (2000), a atividade turística desenvolvida no meio rural pode ser entendida como uma atividade que entra em contato com a cultura local e o meio ambiente, além de promover a geração de renda para o proprietário rural, fortalecendo nesse sentido enfoques relacionados à sustentabilidade que podem apoiar o desenvolvimento local e regional.

Mais do que qualquer outro setor da economia, o turismo demonstra uma extrema sensibilidade a todas as mudanças conjunturais. Dentre elas, Beni (2020) cita flutuações na taxa de câmbio, mudanças sazonais na demanda, riscos meteorológicos e geofísicos, instabilidade política e terrorismo, riscos epidêmicos e pandêmicos que colocam em risco a saúde pública, como o mais recente surto de Covid-19.

Com o início da pandemia de Covid19 e o *lockdown*, esse turismo também foi suspenso e afetado, e, com a retomada gradual das atividades, entender esse impacto também é importante para área de conhecimento e para a região.

Neste sentido, o estudo busca responder a seguinte questão: Qual a contribuição do turismo rural na sustentabilidade das propriedades rurais lindeiras ao Lago de Itaipu, no Paraná?

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

As novas abordagens conceituais sobre desenvolvimento que estão sendo construídas atualmente, concordam com uma perspectiva multifacetada e interdisciplinar. A interpretação desse fenômeno ainda não está claro e carece de uma definição esclarecedora sobre seu significado, que vem sendo debatido por estudiosos sobre o tema.

O tema desenvolvimento foi muito debatido ao longo da segunda metade do século XX, e raramente era discutido em relação a qualquer coisa que não fosse o crescimento econômico de um país, estado ou região. Nesse sentido Veiga (2008) explicou que até 1960 não havia a necessidade de diferenciar o desenvolvimento de crescimento econômico, já que poucas nações desenvolvidas já haviam enriquecido pelo processo de industrialização.

No entanto, segundo ele, o rápido crescimento econômico da década de 1950 não se traduziu em maior acesso das populações mais pobres a melhores condições de saúde e educação, colocando em dúvida o modelo de desenvolvimento amplamente utilizado até então.

Diversos autores, como Silva (1997), Abramovay (1999), Schneider e Fialho (2000) e Navarro (2001) começaram a desafiar esse paradigma de desenvolvimento que se concentrava quase inteiramente em fatores econômicos, ignorando as considerações sociais e ambientais, especialmente a partir da década de 1990.

Essas correntes de pensamento apresentam a necessidade de ampliar a discussão sobre o que vem a ser desenvolvimento. Com isso, temas relacionados ao bem-estar das pessoas, são ampliados e aprofundados e incluem, de forma mais geral, aspectos sociais e ambientais nas análises e estudos de desenvolvimento. Destaca-se Sen (2000) quando argumenta sobre a necessidade de ampliar os direitos das pessoas à liberdade.

De maneira semelhante, a complexidade de se estudar o meio rural brasileiro, transita pelo entendimento da diversidade e das características que ocorrem nos sistemas produtivos do seu amplo território. Esse desafio é considerado por alguns estudiosos que procuram entender as transformações que ocorrem no meio rural.

Navarro (2001) ressaltou que devido a relativa ausência de debate (político e acadêmico), por muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado às ações promovidas em conjunto com organismos internacionais e o Estado nas regiões rurais pobres, onde o processo de modernização agrícola não ocorreu.

Barbosa e Neto (2016) ressaltaram que o termo desenvolvimento debatido de forma geral, não difere em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, quando se refere ao desenvolvimento no âmbito rural. Ao tratar das pesquisas sobre o tema nesse espaço em relação às ações de intervenção do Estado, Schneider (2010) entendeu que isso afastou muitos pesquisadores, por acreditar que se trata de um tema demasiadamente político e normativo. Somente a partir da década de 1990, o entendimento que se tem sobre o desenvolvimento rural no Brasil gerou novas abordagens e percepções, como a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no âmbito do Governo Federal, em resposta às grandes reivindicações dos agricultores e trabalhadores rurais.

Ao tratar dos fatores que contribuíram para ampliar a discussão a respeito do desenvolvimento rural, Schneider (2010) ressaltou que o primeiro, e talvez o mais importante, está ligado à trajetória das discussões sobre a agricultura familiar e seu potencial como paradigma social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. O segundo fator importante no contexto de discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil foi causado pela crescente influência e envolvimento do Estado nas áreas rurais, o que fez por meio de políticas para a agricultura familiar, bem como iniciativas relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. O terceiro fator que recentemente vem ampliando a discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil é

a mudança no cenário político e ideológico. Nesse contexto ocorre uma acirrada disputa política e ideológica entre o chamado agronegócio e as demais formas de produção, como a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Schneider (2010), ao referir-se ao conceito do novo rural brasileiro, indica os estudos de Graziano da Silva (2001) e Graziano da Silva, Del Grossi, Campanhola (2002), segundo esses autores a origem do novo rural brasileiro decorreu do próprio processo de modernização da base tecnológica da agropecuária. Esse processo se completa, no final da década de 1980, com destaque para as regiões centro e sul do Brasil, surge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução das diferenças entre o urbano e o rural. O rural deixa de ser sinônimo de atraso e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades.

Nesse cenário, há um entendimento de que o mundo rural passou e vem passando por mudanças importantes, como, aliás, é natural no processo de evolução da sociedade e nas suas relações. Graziano da Silva *et al* (2000), em sua análise, apontou que o rural deve ser entendido a partir do ponto de vista do espacial como um ‘continuum’ do urbano; e do ponto de vista da organização econômica, nem a cidade pode mais ser identificada apenas por suas atividades industriais, nem o campo praticar somente atividades de agricultura e pecuária.

Schneider (2010) comentou que do ponto de vista teórico, esta interpretação sobre a composição desse novo rural, seria constituída basicamente, por três grupos de atividades: pela agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities ligada às agroindústrias; por um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e à prestação de serviços; e, por novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado.

Essas discussões consideram que olhar para as áreas rurais contemporâneas requer primeiro prestar atenção à sua diversidade. Esta palavra precisa ser usada para analisar o rural seja qual for a dimensão. A partir dessa percepção, a visão simplista do rural como sendo apenas agrícola, cada vez mais está sendo superada.

Ferreira (2013) ressaltou que os agricultores estão valorizando as possibilidades disponíveis nos seus espaços rurais e colocando em prática técnicas de diversificação de suas propriedades, que envolvem a pluriatividade, o associativismo e a agroindustrialização em pequena escala. Indicou que, no Brasil a ruralidade está em construção, sob um processo complexo não unidirecional, e que

se revitaliza na sua complementariedade com o urbano. Ao se buscar compreender essa complexidade cada vez mais presente no espaço rural, torna-se importante compreender essa realidade, principalmente nas relações das atividades agrícolas e não agrícolas.

Ao tratar das práticas econômicas ocorridas no espaço rural, Veiga (2008) considerou esse aspecto como um dos mais preciosos trunfos de desenvolvimento rural. Dentre elas, a introdução de atividades turísticas no espaço rural, possibilitou o surgimento de novas perspectivas aos seus moradores. Nesse sentido, para Elesbão (2007), o papel da atividade turística no desenvolvimento rural, traduz-se em aumento da renda da propriedade, que pode ajudar a manter e melhorar a qualidade de vida das populações rurais, observando se a atividade é desenvolvida em condições de desenvolvimento sustentável, que leva em consideração além do aspecto econômico, também o social e o ambiental.

2.2.1 Sustentabilidade em turismo rural

Para Elkington (1994), criador do termo *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade é o equilíbrio entre três pilares: ambiental, econômico e social. Sachs (2009) entendeu que esse conceito de sustentabilidade deve envolver também o conceito de desenvolvimento, que se amplia para além do social, econômico e ambiental, ou seja, é necessário analisar também perspectivas territoriais, culturais, ecológicas, assim como a política nacional e internacional.

O termo sustentabilidade está cada vez mais presente nas esferas do ambiente cotidiano. A definição de sustentabilidade mais difundida é a da Comissão Brundtland (WCED, 1987), a qual considera que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Este entendimento deixa claro um dos princípios básicos de sustentabilidade, a visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados.

Sachs (2009) considerou que a igualdade, a equidade e a solidariedade também devem estar inclusas no conceito de desenvolvimento. Levar em conta esses aspectos possibilitaria ter uma sociedade menos egoísta e competitiva, que não agisse somente pensando em obter lucro a todo custo, não gerando, assim, consequências negativas como a exploração humana e ambiental.

Pelo critério territorial, abordado por Sachs (2009), a sustentabilidade não está baseada unicamente no meio ambiente natural, mas também no urbano e no rural, ou seja, os aglomerados urbanos e rurais também devem ser levados em consideração nessa análise para que a sustentabilidade possa existir em todos os âmbitos, além do econômico.

Boff (2014) nos convida a refletir quando apresentou o questionamento: como estabelecer uma aliança de cuidado com a terra, com a vida humana e toda a comunidade da vida, no sentido de superar e evitar riscos? A reposta apresentada por ele indicou que isso só será possível mediante uma sustentabilidade real e verdadeira, que parta do princípio do cuidado e da preservação.

Schneider (2003) considerou que com a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, os moradores do espaço rural passam a desempenhar pluriatividades, as quais possibilitam distintas fontes de rendimentos. Esse fenômeno plural onde se combinam atividades de forma simultânea, e, dentre elas a agricultura, possibilita novas funções aos espaços da propriedade por vezes ociosos, e ainda agregam valor aos seus produtos. Nesse novo espaço rural marcado pela pluriatividade, a presença da atividade turística, reforça a ideia de diversificação de rendimentos, como resultado das atividades não-agrícolas.

Mendonça (2006), ao analisar desenvolvimento turístico no espaço rural afirmou que este deverá fundamentar-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, ser ambientalmente sustentável em longo prazo, financeiramente viável e equitativo ordenado por uma perspectiva ética e social para as comunidades locais, que resulta em um importante instrumento de desenvolvimento sustentável. Além disso, a oferta turística no campo deve estar integrada ao meio rural, assim como ter qualidade em relação aos equipamentos e serviços ofertados aos visitantes.

Mendonça (2006) já corroborava que a sustentabilidade do turismo rural é reforçada por meio do foco ecológico com a integração do sistema produtivo, nesse cenário, a atividade deve envolver o manejo verde, a capacidade de carga e, principalmente, a educação ambiental, que gera o comportamento responsável dos visitantes que contribui para engajamento dos envolvidos de forma sustentável.

A cúpula das Organizações das Nações Unidas (ONU) definiu uma série de metas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o planeta, bem como assegurar a prosperidade para todas as nações. A partir dessa preocupação com a

sustentabilidade, em setembro de 2015, 193 países-membros adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que se trata de um plano de ação que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse processo participativo resultou em uma agenda composta por 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores que estão empenhados no alcance do desenvolvimento sustentável em quatro dimensões fundamentais – ambiental, social, econômica e institucional (ONU, 2015).

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Plataforma Agenda (2030, 2020)

Dada a ênfase da Organização Mundial do Turismo (OMT), sobre turismo sustentável e a importância econômica do setor, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tornaram-se pontos focais para estudar o tema.

O turismo, nesse cenário, tem potencial de contribuir direta ou indiretamente, para todos os ODS. Para Organização Mundial do Turismo (2015) os objetivos incluídos no segmento são os objetivos 08, 12 e 14, que abordam sobre crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis, e uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, respectivamente. Além disso, a atividade turística poderia alinhar-se aos objetivos 10, 11 e 15, que se referem à redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis e vida sobre a terra.

Para Hak et al (2012) a conquista da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e a crescente compreensão do papel do turismo sustentável no desenvolvimento da sustentabilidade possibilitaram um avanço historicamente

significativo, oportunidade única para muitas organizações internacionais, governos nacionais, bem como autoridades regionais e locais, comunidades locais, organizações empresariais e outros atores, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil de vários tipos, de desenvolverem e usarem os conjuntos de indicadores de sustentabilidade.

Ruschmann (2000) considerava que é fundamental que o turismo e o meio ambiente cheguem a um ponto de equilíbrio para que a atração dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação. Nesse cenário, as discussões sobre turismo sustentável começaram a tomar forma, uma vez que os efeitos da atividade turística no meio ambiente, na sociedade e na economia podem ser tanto positivos quanto negativos. Dessa forma, é essencial que esses impactos sejam tratados de forma equitativa, a fim de minimizar as consequências para a comunidade e a região turística.

A forma como o turismo interage com o ambiente natural tem implicações positivas e negativas. Vezzani (2008) considerou que nas positivas, atividade turística interfere no ambiente natural com o intuito de auxiliar na sua preservação, proteção e até mesmo restauração, seja por meio da adoção de medidas de regulamentação, manejo e planejamento, bem como promove a melhoria e a manutenção da qualidade de vida das comunidades receptoras, auxiliando na circulação de capitais, no desenvolvimento econômico regional e na geração de emprego e renda. No entanto, os efeitos negativos resultam da ineficácia de um plano ambiental e turístico adequado sobre os recursos naturais que esta atividade utiliza, e que sofre com a ação do homem nesse meio ambiente. Tais degradações incluem a degradação visível provocada pelo uso indevido do solo, que resulta em alterações no comportamento da fauna local, bem como na degradação da flora e paisagem.

Nessa perspectiva, Benevides (2002) chamou a atenção para a necessidade de harmonizar o turismo rural com a preservação ambiental e a manutenção da identidade cultural, a geração de ocupações produtivas e de renda que apoiem a qualidade de vida e o desenvolvimento participativo. Essa reflexão aponta que, somente por meio da consideração cuidadosa desses fatores, que o turismo rural, nessas áreas, pode ser desenvolvido de forma sustentável.

Para Tutlik (2003), o turismo rural surgiu como uma alternativa de atividade complementar aos indivíduos que vivem na zona rural e que tem sua atividade principal baseada na agricultura. Dessa forma, a atividade deve estar especificamente

ligada à agricultura e produção rural, pois se a intenção é aumentar a renda do pequeno produtor rural, gerar empregos, evitar o êxodo rural, e fomentar o desenvolvimento local, suas características devem levar em conta o que realmente as definem como sendo, de fato, rurais.

A partir dessa necessidade de explicar a ideia da atividade turística no meio rural no contexto da agricultura familiar, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2004) citou que foi elaborado durante a Oficina Regional de Turismo Rural, ocorrida em Belo Horizonte – MG em 2003, o conceito do Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF como uma atividade turística que ocorre dentro da unidade de produção dos agricultores familiares, mantendo as atividades econômicas costumeiras da agricultura familiar, que fosse capaz de valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, bem como seu patrimônio natural e cultural, fornecendo bens e serviços de qualidade, além de promover bem estar para todas as partes envolvidas.

Solla (2002) defendeu o ponto de vista que um dos papeis do turismo rural seria criar alternativas de renda complementar, com intuito de manter a população rural no campo. Além disso, ele reforçou como motivação central dessa atividade os aspectos do patrimônio, no sentido amplo, envolvendo a natureza, a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia, os modos de vida, a história, entre outros. Destacou que, esta atividade é motivada por elementos inerentes próprios desse ambiente conectados com as populações locais.

Ao mencionar a infraestrutura que pode oferecer suporte ao turista nas propriedades rurais, Fontana (2005) explicou que a visitação na propriedade, que envolvem atividades práticas destes ambientes, pode ofertar ao visitante a possibilidade de pernoite, ou não.

Ao tratar da motivação do turista, Beni (2002) considerou que a experiência de viajar, traz consigo efeitos subjetivos que permitem ao viajante expressar mais plenamente seus sonhos, desejos e projeções imaginativas, ao mesmo tempo em que aprimora suas experiências do mundo real. Nesse cenário, Sun Tung e Ritchie (2011) consideraram que a interação entre o visitante e o visitado produz experiências vívidas e emocionais individuais, resultado de uma avaliação individual subjetiva no processo cognitivo, afetivo e comportamental.

Pezzi, Vianna (2015) apresentaram em seu estudo, uma discussão sobre a experiência memorável no turismo, com a finalidade de ampliar o debate e análise das dimensões da experiência relacionadas ao fenômeno turístico. Nesse sentido,

Candiotto (2010) mencionou que diferente do turismo de sol e praia, que se tornou a forma mais praticada, e, como consequência gerou diversos impactos socioespaciais, as principais características de experimentar e vivenciar o turismo rural, normalmente inclui uma oferta de equipamentos e serviços mais simplificados, além disso, essa modalidade possibilita práticas de lazer em ambientes naturais de forma ativa ou puramente contemplativa.

Ao explanar sobre o panorama do turismo rural no Brasil, Fontana (2005) comentou que os espaços que praticam a atividade estão distribuídos de forma irregular, concentrando-se principalmente nos Estados Sul e Sudeste, com suas especificidades locais ou regionais, fundamentado principalmente em uma herança cultural. No Estado do Paraná, a evolução das atividades de turismo no ambiente rural está, principalmente, relacionada ao tropeirismo, às romarias religiosas, assim como, aos roteiros gastronômicos.

2.2.2 Estudos sobre indicadores de turismo rural

O espaço rural, quando comparado com o espaço urbano, é indiscutivelmente mais rico em paisagens. Isso propicia o desenvolvimento de atividades diversas relacionadas as práticas turísticas. Ruschmann (2000) ressaltou que o segmento do turismo rural deve ser considerado como uma estratégia de aproveitamento de recursos disponíveis na elaboração de uma política de desenvolvimento que assegure o crescimento, ou, ainda, o desenvolvimento sem crescimento. Sua ênfase deve prever a atividade como fator de desenvolvimento local, e que o objetivo dessa política deverá ser a sustentabilidade do bem-estar social, ambiental e econômico.

Na busca pela compreensão e necessidade de se desenvolver a sustentabilidade na atividade turística, bem como a definição de indicadores que visassem a construção dessa sustentabilidade, nesse sentido, analisou-se cinco estudos que investigaram indicadores de sustentabilidade no turismo rural.

Souza (2013) estudou o turismo rural e suas dimensões sociais sob a perspectiva das políticas públicas que fundamentam o turismo na busca pelo desenvolvimento sustentado. A pesquisa delimitou a cidade de Pirenópolis – Go, que envolveu a classificação de vinte e três propriedades rurais para aplicação do questionário. O estudo possibilitou que a pesquisadora conhecesse as políticas

públicas que regulamentam a atividade de turismo e refletisse sobre a relação das políticas agrárias com relação ao desenvolvimento rural dos municípios.

Nesse contexto, os estímulos para o desenvolvimento do turismo rural nas propriedades estão diretamente relacionados às dificuldades dos proprietários empreendedores com a venda de seus produtos, a valorização da mão de obra e a falta de infraestrutura. Como atividade econômica os resultados da pesquisa demonstraram que por meio da prática da atividade, os recursos obtidos com o turismo na receita total familiar, podem sim ser considerados significativos. Quanto aos aspectos negativos, a pesquisa demonstrou reflexões acerca do turismo rural como atividade singela e ingênua, que deixa rastro de poluição, pois necessita de insumos pertinentes a indústria como combustível, deslocamento e alimentação.

Souza (2013) sinalizou que o Plano Nacional de Turismo não prevê estrutura adequada para ações que promovam o desenvolvimento e sustentabilidade, além disso, ela ressaltou que ainda existem lacunas entre a realidade e a ordem social no planejamento do turismo no Brasil. Reforçou que esse planejamento deve ser apresentado como sustentável com gestão responsável, participativa e integradora.

A pesquisa demonstrou que o turismo rural, mesmo com sua capacidade de gerar múltiplos efeitos na economia local, sozinho não promoverá o desenvolvimento, e mesmo em termos de crescimento econômico sua representação é, muitas vezes, pequena e depende do nível espacial que se analisa a atividade.

Em seu estudo Pereira (2013) analisou os tipos e formatos das práticas da gestão ambiental na Zona da Mata em Pernambuco e suas possíveis consequências para a sustentabilidade dos equipamentos e dos ambientes naturais. Na coleta de dados foram aplicados questionários com os proprietários dos equipamentos turísticos, a fim de levantar os indicadores de sustentabilidade na atividade do turismo rural. A elaboração do questionário baseou-se na matriz de indicadores centrais do turismo sustentável, desenvolvido pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que resultou em dez indicadores: 1) aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável, 2) aumento da geração de resíduos sólidos, 3) aumento da demanda de energia elétrica, 4) aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruído, 5) contaminação da água dos rios devido a esgoto não tratado, 6) degradação da flora e fauna local, devido ao desmatamento, caça e pesca predatórias, 7) redução da população de animais, 8) necessidade de implantação de grandes obras de

infraestrutura que causam impactos ambientais negativos, 9) assoreamento, e 10) degradação da paisagem devido a construções inadequadas. Foi estabelecido a escala *likert* de 1 a 5 para mensurar o grau de sustentabilidade em relação a depredação.

Os resultados dessa investigação demonstraram que, embora não haja uma preocupação com ações de gestão ambiental sustentável, há sim uma preocupação com ações que visam minimizar os danos dos impactos causados. A fim de atuar em modelos futuros, a pesquisa desses indicadores estabeleceu cinco cenários: 1) quando não houve atendimento a nenhum princípio de sustentabilidade e o equipamento em funcionamento somente contribui para a depredação; 2) quando existe no equipamento em funcionamento um mínimo de atendimento aos princípios da sustentabilidade, porém não há controle, provocando depredação; 3) quando existe no equipamento em funcionamento um grau mediano de atendimento aos princípios da sustentabilidade, porém pelo controle deficiente, tende a depredação em curto prazo; 4) quando existe no equipamento em funcionamento um grau mediano de atendimento aos princípios da sustentabilidade, porém pelo controle, somente se sustenta em médio prazo; 5) quando existe no equipamento em funcionamento um atendimento aos princípios da sustentabilidade e, portanto, contribui para a sustentabilidade em longo prazo.

Metzner (2016) pesquisou o agroturismo e lazer em propriedades rurais no município de Marechal Cândido Rondon e discutiu sua relação com o desenvolvimento rural sustentável, identificando projetos ali existentes e suas contribuições. Foi aplicado um questionário em cinco propriedades com o objetivo de pesquisar a atividade e analisar as contribuições do agroturismo e do lazer para o desenvolvimento rural sustentável nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional política.

Os resultados demonstraram que no indicador econômico, o agroturismo é a principal renda da propriedade, além disso, gera impacto nas propriedades vizinhas que fornecem produtos para o preparo de refeições e possibilita a contratação de pessoas de forma permanente ou temporária. Esse valor de renda agregado à produção tradicional trouxe melhores condições à estrutura física e social da propriedade.

Sobre o indicador ambiental, a pesquisa constatou ações como proteção de mata ciliar em conformidade com a lei, de cuidar e proteger espaços com natureza, e

manter as nascentes preservadas. Em relação à separação de lixo, as propriedades cumprem seu papel. A maior deficiência encontrada nesse indicador foi a ausência de programas de orientação e educação ambiental.

No indicador de sustentabilidade social, Metzner (2016) destacou como resultado a qualidade de vida das pessoas que vivem nas propriedades, assim como o prazer em realizar o trabalho voltado ao agroturismo. Aspectos como ter boas estradas e meios de comunicação eficientes são aliados importantes tanto para os moradores quanto para os turistas. Outro aspecto social considerado importante, pois remete a um sentimento de pertencimento, é a participação de proprietários em associações ou sindicatos.

Ao abordar o indicador institucional político, a pesquisa mencionou a falta de recursos por meio de financiamentos governamentais. Constatou-se que conforme as definições de desenvolvimento rural sustentável, o agroturismo e o lazer nas propriedades rurais do município contribuem tanto sob a perspectiva de cuidado e preservação do meio ambiente, quanto de forma econômica em um cenário onde a agricultura familiar busca opções diferentes para seu sustento.

Ao refletir sobre o turismo e a covid 19 Beni (2020) salientou que essa é uma atividade vulnerável a forças de transformação provenientes de várias fontes, como resultado da ausência de sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e institucional.

Com a pandemia da Covid 19, a aquisição de produtos e serviços turísticos reduziu drasticamente e com o aumento de novos casos e mortes em todo território brasileiro, resultou em decretos que recomendavam o fechamento do comércio e de serviços não essenciais, dentre eles o turismo. Abreu *et al* (2020) comentam que a partir dos impactos gerados nesse cenário, surgiu, num primeiro momento, a necessidade de restringir o turismo, para que em seguida se pudesse promover atrativos na perspectiva da retomada da atividade, dentre elas o turismo rural, que se caracteriza pelo deslocamento de indivíduos aos espaços rurais para usufruir de seus cenários e instalações.

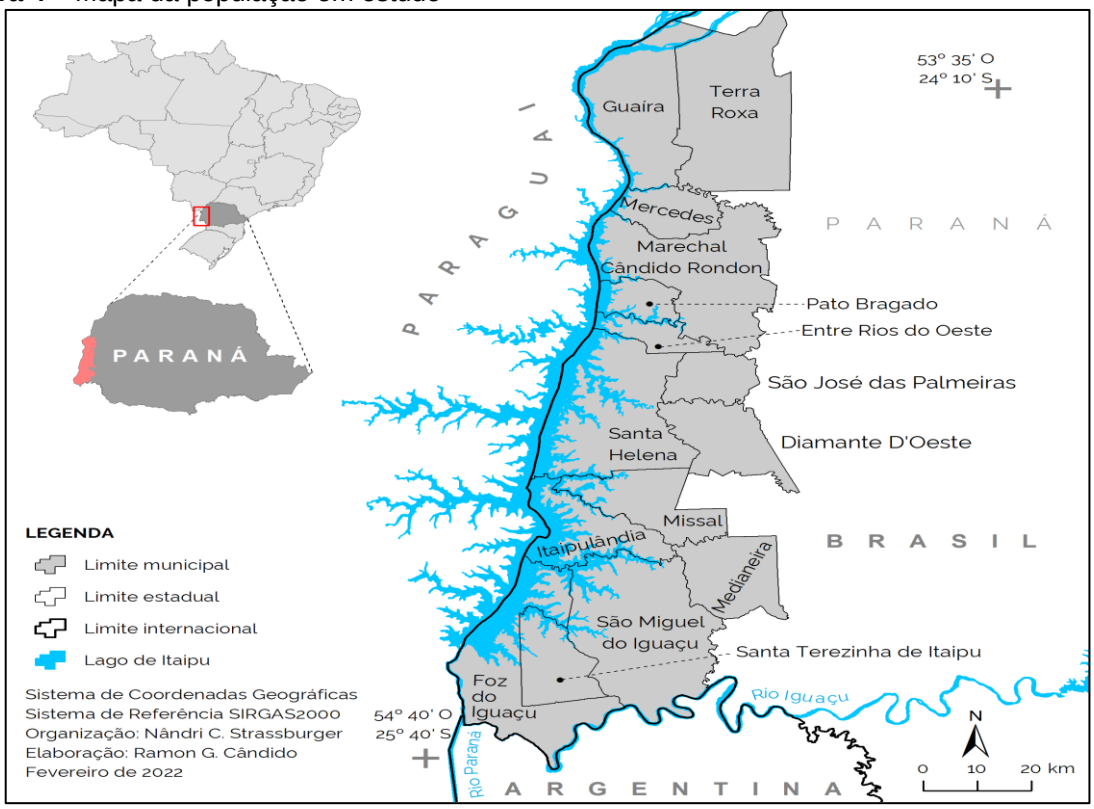
Nesse contexto Milan e Costa (2021) pesquisaram os desafios e potencialidades para o desenvolvimento do turismo rural durante a pandemia da Covid 19, identificaram que embora a pandemia tenha trazido desafios significativos para o setor, esse período de declínio também pode incentivar a reconsideração de opções a partir do desenvolvimento de uma proposta colaborativa do turismo no meio rural.

2.3 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva quantitativa que segundo Richardson (2012, p.146) “objetiva descrever aspectos de uma população e analisar a distribuição de determinados atributos”. O corte foi transversal em 2022 sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os dados de fonte primária foram coletados pela primeira vez por uma entrevista e os dados de fonte secundária foram coletados em bibliografia científica, sites oficiais e legislações pertinentes ao tema.

O estudo foi realizado nos 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, no Estado do Paraná e pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4 – Mapa da população em estudo



Fonte: IBGE (2018)

Os dados das propriedades rurais foram solicitados para as prefeituras municipais dos 15 municípios e se encontram amparados na Lei nº. 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI (Apêndice A). A população pesquisada foram os proprietários rurais dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Estado do Paraná, Tabela 9 a seguir:

Quadro 2 – População pesquisada

Municípios	Propriedades que praticam turismo rural
Medianeira	09
Foz do Iguaçu	08
São Miguel do Iguaçu	08
Marechal Cândido Rondon	06
Mercedes	04
Diamante do Oeste	04
Entre Rios do Oeste	03
Guaíra	03
Santa Helena	02
Santa Terezinha de Itaipu	01
Itaipulândia	Não pratica
Missal	Não pratica
Pato Bragado	Não pratica
São Jose das Palmeiras	Não pratica
Terra Roxa	Não pratica
Total	**48**

Fonte: Prefeitura Municipal (2022).

Portanto, a população pesquisada foram todas as 48 propriedades rurais dos municípios lindeiros. Para estudo, forma considerados, apenas, os que praticam a atividade turística.

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista com escalas variadas (Apêndice B). Na primeira parte, da questão 01 a 23, foram levantadas informações sobre o perfil do respondente, da propriedade e da atividade do turismo rural. Na segunda parte, apresentou-se um quadro com 24 questões com uma escala de cinco opções de resposta, sendo elas: não contribuiu, pouco contribuiu, às vezes contribuiu, contribuiu e muito contribui, cujo objetivo era medir o grau de contribuição do turismo rural para a sustentabilidade, segundo as variáveis do Quadro 2. E, por fim, na terceira parte, apresentou-se uma questão de palavras-chave, para responder qual dos três fatores (social, ambiental ou econômico), mais contribuiu para a sustentabilidade da propriedade.

Neste sentido, o Quadro 3 a seguir apresenta as variáveis do estudo.

Quadro 3 – Variáveis pesquisadas

Variável	Fatores de sustentabilidade	Variáveis de sustentabilidade
Variável **T U R I S M O** **R U R A L**	Social	Participação em associações Rede de contatos Apoio da comunidade Apoio dos vizinhos Interação com parceiros da mesma atividade Interação com líderes locais Visibilidade da propriedade na região Assistência técnica Participação em capacitação e treinamento Satisfação com o meio rural
	Ambiental	Conhecimento da atividade turismo rural Administração do lixo Diversificação dos produtos Manutenção do patrimônio ambiental natural Danos ao meio ambiente Disponibilidade e qualidade da água utilizada Utilização de tecnologias sustentáveis Utilização de práticas conservacionistas Pandemia da Covid-19
	Econômica	Custo antes e depois do turismo rural Rentabilidade Acesso a Financiamentos Poder de negociação Patrimônio familiar para as gerações futuras
Variáveis do perfil para análise – gênero, escolaridade, tempo da atividade		

Fonte: Dados do estudo (2022).

Os dados foram tratados por estatística simples e analisados descritivamente.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de abril e maio de 2022 e devido a ocorrência da pandemia da Covid 19, a abordagem aos 48 proprietários rurais ocorreu inicialmente por chamada telefônica. Dos 48 convidados a responder a pesquisa, 30 proprietários concordaram em responder, dos quais 27 entrevistas foram realizadas por vídeo chamada via aplicativo *whatsapp* e as outras três ocorreram de forma presencial. Os 18 proprietários restantes não retornaram a solicitação para efetuar a entrevista.

A elaboração do questionário baseou-se nas variáveis dos fatores de sustentabilidade (social, ambiental e econômica), dessa forma, optou-se por fazer a avaliação da qualidade do questionário. Deve-se a Charles Spearman (1904) os fundamentos da análise fatorial, que é uma metodologia estatística, inicialmente empregada em estudos sobre o comportamento humano, conhecida como

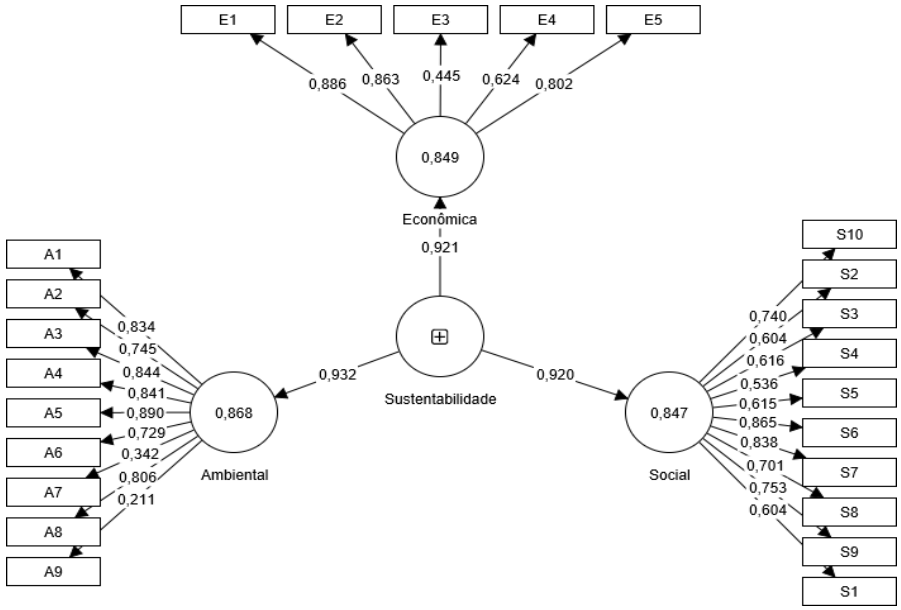
psicometria, utilizada para avaliar a qualidade de uma escala de mensuração de um conjunto de itens de instrumento de pesquisa responsável por mensurar determinados fatores latentes não observáveis diretamente.

No nosso caso, os fatores latentes são as dimensões que compõem o conceito de sustentabilidade: dimensão social, dimensão ambiental e dimensão econômica, ilustradas no Quadro 3 a escala de mensuração é o nosso questionário, composto por 24 itens, sendo 10 questões referentes à dimensão social, 09 questões referentes à dimensão ambiental e 05 questões referentes à dimensão econômica.

A qualidade de uma escala de mensuração é avaliada considerando-se os seus aspectos básicos (HAIR et al., 2022; SCHUMACKER; LOMAX, 2016): a magnitude e a significância das cargas fatoriais (as correlações entre os fatores latentes e os itens que os medem); a consistência interna dos itens (referente aos erros aleatórios de medida); a validade convergente (referente aos erros sistemáticos de medida) e a validade discriminante (referente a dimensionalidade da escala). Na abordagem clássica, de natureza confirmatória, os parâmetros são estimados com a finalidade de minimizar a diferença entre a matriz de covariâncias dos dados observados e a matriz de covariância estimada pelo modelo fatorial (BROWN, 2015; SCHUMACKER; LOMAX, 2016). Na abordagem moderna, de natureza exploratória, os parâmetros são estimados com a finalidade de maximizar as variâncias explicadas (*HAIR et al*, 2022).

Como a escala adotada por nós, ainda não está validada (no sentido clássico), deve-se adotar o tratamento analítico exploratório, que busca evidenciar a força das relações estruturais do modelo fatorial (ao invés de confirmá-las), ou seja, avalia o entendimento do indivíduo sobre as questões. Na Figura 5, estão ilustradas as dimensões que compõem a sustentabilidade através das letras iniciais de cada dimensão (S, A e E), bem como os itens que as medem representadas pelo número da questão do nosso questionário. Os valores ilustrados são as cargas fatoriais, estimadas empregando-se o método de estimação por mínimos quadrados parciais, para tanto, utilizou-se o *software* com interface gráfica *SmartPLS.*

Figura 5 – As dimensões da sustentabilidade e sua escala de mensuração (questionário)



Fonte: Ringle et al. (2005)

Apenas os itens A7 e A9, referentes ao fator ambiental, apresentaram-se não significativos. Os intervalos de confiança, ao nível de 5%, das cargas fatoriais dos demais itens contêm o valor mínimo de referência para uma carga fatorial igual a 0,70, cada uma das dimensões é capaz de explicar ao menos 50% da variabilidade das respostas nos itens. A avaliação da consistência interna também se mostrou satisfatória, os alfas de *Cronbach*, todos acima de 0,70, e as confiabilidades compostas, todos acima de 0,70 e abaixo de 0,95, de cada uma das dimensões ficaram dentro dos limites aceitáveis. Em relação a validade convergente, observou-se que todos os intervalos de confiança, ao nível de 5%, contêm o valor mínimo de referência, igual a 0,50, para as variâncias médias extraídas.

Por fim, considerando-se o critério HTML para a avaliação da validade discriminante, observou-se que as dimensões social e ambiental foram percebidas pelos respondentes como conceitualmente distintas, no entanto similares à dimensão econômica. Os coeficientes de caminho, também ilustrados na figura acima são: 0,932 para ambiental; 0,921 para econômica; 0,920 para social. E, revelam a ordem de grandeza do poder de explicação da variável sustentabilidade, ficando ambiental em primeiro, seguido da econômica e da social respectivamente.

Na distribuição das propriedades rurais, que praticam atividades de turismo nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Paraná, detalhes fotográficos de algumas propriedades retirados da rede social do Facebook ® (Apêndice 03).

Destacam-se os municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu, com 06 e 05 propriedades respectivamente, seguidos por Diamante do Oeste e Foz do Iguaçu com 04 propriedades cada, os municípios restantes têm 03,02 e 01 propriedade com atividade turística.

Quadro 4 – Quantidade de propriedades que praticam atividades de turismo rural

Município	N. proprietários rurais	%
Medianeira	06	20,0
São Miguel do Iguaçu	05	16,7
Diamante D' Oeste	04	13,3
Foz do Iguaçu	04	13,3
Entre Rios do Oeste	03	10,0
Guaíra	02	6,7
Marechal Candido Rondon	02	6,7
Santa Helena	02	6,7
Mercedes PR	01	3,3
Santa Terezinha de Itaipu	01	3,3
Total	**30**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tabela 9 – Perfil dos entrevistados

Gênero	**QUANT.**	**%**
Feminino	18	60%
Masculino	12	40%
Outro	0	0%
Total	**30**	**100%**
Idade	**Quant.**	**%**
20 – 30	03	10,0
31 – 40	05	16,7
41 – 50	06	20,0
51 – 60	08	26,7
61 – 70	07	23,3
mais que 70	01	3,3
Total	**30**	**100%**
Estado civil	**Quant.**	**%**
Solteiro	05	16,7
União estável	20	66,7
Casado	03	10,0
Viúvo	01	3,3
Divorciado	01	3,3
Total	**30**	**100%**

Escolaridade do proprietário	**Quant.**	**%**
Fund. Incompleto	05	16,7
Fund. Completo	03	10,0
Ens. Médio Incompleto	01	3,3
Ens. Médio Completo	10	33,3
Ens. Superior Incompleto	01	3,3
Ens. Superior Completo	10	33,3
Dos quais: Pós-graduação incompleta – 01 Pós-graduação completa – 06		
Total	**30**	**100%**

Origem de agricultores	**Quant.**	**%**
Não	02	6,7
Sim, por parte dos pais	24	80,0
Sim, por parte dos avós	03	10,0
Sim, por parte dos bisavós	01	3,3
Sim, por parte dos tataravós	0	0,0
Total	**30**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No aspecto gênero,18 (60%) são do sexo feminino e 12 (40%) são do sexo masculino. Em relação a idade, 21 (69%) situam-se na faixa entre os 41 e 70 anos. Quanto ao estado civil, constatou-se que a maioria, 20 (66%) têm união estável. Quanto a escolaridade, 10 (33%) têm o ensino médio completo e 10 (33%) têm graduação completa, desses 01 com pós-graduação incompleta e 06 com pós-graduação completa. E, quanto possuírem origem de agricultores, 27 (90%) responderam que sim, por parte dos pais e dos avós, e, dois (6%) não ter esse vínculo familiar com o meio rural.

Quadro 5 – Renda mensal da propriedade e percentual relativo à atividade do turismo

Renda mensal da propriedade	**Quant.**	**%**	**Porcentagem da renda relativa ao turismo**	**Quant.**	**%**
Até 1 salário-mínimo	0	0,0	Mais que 50%	07	23,3
Entre 3 e 4 salários	12	40,0	Até 50 %	05	16,6
Entre 1 e 2 salários	10	33,3	Até 20%	04	13,3
Mais de 5 salários	08	26,6	Até 10%	07	23,3
			Até 5%	07	23,3
Total	**30**	**100%**	**Total**	**30**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto à renda mensal da propriedade e o valor percentual relativo à atividade turística sobre esse montante, a maioria 12 (40%) atinge a maior faixa de valor de três a quatro salários mínimos, seguido da faixa entre um e dois salários mínimos 10 (33%), e, 08 (26%) indicaram que a renda da propriedade alcança mais de cinco salários mínimos. Quanto desse percentual de renda advém do turismo, para 07 (23%) proprietários esse percentual ultrapassa 50%; 05 (16%) dessa renda representam até 50%, 04 (13%) representam 20% do valor total da renda mensal, para 07 (23%) equivalem a 10% da renda, e, para 07 (23%) 5% da renda provém da atividade de turismo.

Quadro 6 – Motivação para trabalhar com turismo rural

Tempo de trabalho com o turismo rural	Quant.	%
4 a 6 anos	**10**	**33,3**
Mais de 10 anos	**09**	**30,0**
1 a 3 anos	**07**	**23,3**
6 a 8 anos	04	13,3
Total	**30**	**100%**

Principal motivação para iniciar a atividade turística	Quant.	%
Propriedade com potencial turístico	**11**	**36,7**
Complemento da renda	**06**	**20,0**
Por incentivo da família	**06**	**20,0**
Incentivar a cultura local	02	6,7
Incentivar a agroindústria	02	6,7
A partir de cursos sobre o turismo rural	02	6,7
Ampliar a conservação dos recursos naturais	01	3,3
Total	**30**	**100%**

Como incorporou a atividade turística na sua propriedade	Quant.	%
Exploro os atrativos e vendo os produtos produzidos na propriedade.	**15**	**50,0**
Somente exploro os atrativos da propriedade.	**08**	**26,7**
Somente vendo os produtos que são produzidos na propriedade.	04	13,3
Substitui a produção agrícola pela atividade turística.	03	10,0
Total	**30**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto a como o turismo rural passou a fazer parte das atividades da propriedade, para 10 (33%) atuam na atividade entre quatro e seis anos, 09 (30%) a mais de 10 anos, 07 (23%) entre um a três anos, e 04 (13%) de seis a oito anos.

Quanto à principal motivação para iniciar a atividade turística, 11 (36%) foi a beleza da paisagem, 06 (20%) foi para complementar da renda; 06 (20%) por incentivo da família. E, como incorporou a atividade turística na propriedade, 15 (50%) explorou os atrativos da propriedade com o turismo, e comercializa seus produtos aos visitantes. Os que somente exploram os atrativos são 08 (26%) proprietários, seguido por 04 (13%) que somente vendem os produtos ali produzidos; e 03 (10%) substituíram toda a produção agrícola pela atividade turística.

Quadro 7 – Perfil da propriedade

Tempo na propriedade	**Quant.**	**%**
> 20 anos	**18**	**60,0**
10 a 19 anos	**06**	**20,0**
4 a 6 anos	03	10,0
7 a 9 anos	02	6,6
Até 3 anos	01	3,3
Total	**30**	**100%**
Tipo de produção agrícola	**Quant.**	**%**
Produção própria, extensiva ou de subsistência	**12**	**40,0**
Mista (extensiva e orgânica)	**09**	**30,0**
Produção orgânica, sem agrotóxicos e com manejo sustentável	**08**	**26,6**
Produção intensiva que visa produtividade	01	3,3
Característica da propriedade	**Quant.**	**%**
Horta	**22**	**73,3**
Nascente de água	**22**	**73,3**
Jardim	**21**	**70,0**
Frutíferas	**21**	**70,0**
Placa solar	**12**	**40,0**
Reciclagem de material	**11**	**36,7**
Composteira	06	20,0
Roda D'água	04	13,3
Irrigação de horta ou pasto	04	13,3
Alambique	03	10,0
Berçário de sementes	03	10,0
Berçário de mudas	03	10,0
Monjolo	02	6,7
Minhocário	01	3,3
Biodigestor	01	3,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto ao perfil da propriedade, 18 (60%) residem na propriedade a mais de 20 anos; 06 (20%) entre 10 e 19 anos e 06 (20%) entre 01 a 09 anos.

Quanto ao tipo de produção agrícola 12(40%) praticam uma produção própria, extensiva ou de subsistência, 09 (30%) possuem produção mista. Em relação a prática da produção orgânica com manejo sustentável, 08 (26,6%) fazem esta prática, e, apenas 01 (3,3%) tem uma produção que visa a produtividade. Quanto a característica da propriedade, para 22 (73%) possuem horta e nascente de água, outros 21 (70%) possuem um jardim e árvores frutíferas, placa solar 12 (40%) e 11(36%)

respectivamente fazem reciclagem de materiais. O restante dos itens foi mencionado por menos de quatro dos proprietários.

Quadro 8 - Principais atrativos turísticos e produções comercializadas

Principais atrativos turísticos que desenvolve na propriedade	Quant.	%
Espaço para realização de eventos	**21**	**70,0**
Restaurante	**17**	**56,7**
Açude	**17**	**56,7**
Reserva natural	14	46,7
Área de camping	13	43,3
Rio	11	36,7
Trilha	11	36,7
Pesca esportiva ou pesque e pague	10	33,3
Participação do turista em atividades rotineiras	10	33,3
Hospedagem	09	30,0
Agroindústria	08	26,7
Piscina	08	26,7
Patrimônio histórico e cultural	05	16,7
Artesanato	04	13,3
Arquitetura religiosa	03	10,0
Cachoeira, cascata	02	6,7

Principais produções artesanais, caseiras e coloniais comercializadas	Quant.	%
Alimentos	**22**	**73,3**
Bebidas	**08**	**26,7**
Chás	**05**	**16,7**
Flores	04	13,3
Trabalho em madeira	03	10,0
Trabalho em tecido	02	6,7
Cerâmica	01	3,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto aos principais atrativos turísticos e produtos comercializados na propriedade a maioria, 21 proprietários, indicou possuir um espaço para realização de eventos, 17 têm como atrativo gastronômico um restaurante e como atrativo de lazer o açude. Para 11, 13 e 14 dos proprietários promovem atividades ao ar livre. E, 10 indicaram pesque e pague e participação do turista em atividades rotineiras da propriedade.

Quadro 9 - Maiores dificuldades e maiores facilidades em desenvolver a atividade turística

Dificuldades em desenvolver a atividade do turismo	Quant.	%
Falta de apoio do poder público local	**15**	**50,0**
Alto investimento	**15**	**50,0**
Mão de obra	**13**	**43,3**
Falta de vias de acesso adequada a propriedade	10	33,3
Sinal telefônico e de internet deficientes	09	30,0
Falta de políticas públicas de incentivo ao turismo rural	08	26,7
Apresentar atividades atrativas	07	23,3
Falta de cooperação de empreendimentos turísticos similares	04	13,3
Concorrência	01	3,3
Falta de conhecimento sobre a atividade turística	01	3,3
Dificuldade em utilizar as redes sociais	01	3,3
Variação do fluxo de turistas	0	0,0

Facilidades em desenvolver a atividade do turismo	Quant.	%
Apoio familiar	**18**	**60,0**
Maior procura pelo lazer em espaços rurais	**14**	**46,7**
Boa aceitação por parte dos visitantes das atividades turísticas	**13**	**43,3**
A propriedade possuir meio ambiente natural propício a atividade	12	40,0
A propriedade possuir paisagem atrativa	11	36,7
Aumento da renda da propriedade	08	26,7
Apoio técnico para iniciar a atividade	08	26,7
Facilidade na comercialização dos produtos produzidos na propriedade	08	26,7
Valorização da propriedade	05	16,7
Utilização das redes sociais na divulgação da propriedade	04	13,3
Valorização da cultura local	04	13,3
Apoio da associação local	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As maiores dificuldades para o desenvolvimento das atividades foram para 15 proprietários a falta de apoio do poder público local e o alto investimento, para 13 foi a mão de obra, para 10 foi a falta de vias de acesso adequado, e para 09 o sinal telefônico e o de internet deficientes. Tais dificuldades são as mesmas encontradas em todos os tipos de negócios e a falta de apoio institucional é sempre crucial e importante e como apontam os autores supracitados, o empenho institucional sempre deixa a desejar.

As facilidades indicadas foram com 18 indicações para apoio familiar, 14 para maior procura pelo lazer em espaços rurais, 13 para boa aceitação por parte dos

visitantes, 12 para a propriedade possuir meio ambiente natural propício à atividade, e para 11 a propriedade possui paisagem atrativa. Os dados demonstram que os proprietários indicam mais facilidades do que dificuldades na condução da atividade de turismo rural.

Quadro 10 - Formação em turismo rural e mídias sociais utilizadas

Participação em formação de turismo rural	**Quant.**	**%**
Capacitação, curso	**14**	**46,7**
Não	**12**	**40,0**
Formação técnica	02	6,7
Formação acadêmica	02	6,7
Total	**30**	**100%**
Mídias sociais utilizadas para divulgação	**Quant.**	**%**
WhatsApp ®	**28**	**93,3**
Página de Facebook ®	**25**	**83,3**
Instagram ®	**22**	**73,3**
Site	06	20,0
Nenhuma	01	3,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto a formação em turismo 14 proprietários investiram em capacitação e 12 nada fazem. Quanto as mídias sociais utilizadas para a divulgação da atividade, as mais utilizadas são *WhatsApp* ®, *Facebook* ® e *Instagram* ®.

Quadro 11 - Atividade de turismo durante a pandemia do Covid 19

Queda da renda da propriedade durante a pandemia	**Quant.**	**%**
Sim, mais que 50%	**15**	**50,0**
Sim, entre 30% e 50%	08	26,7
Sim, entre 10% e 29%	06	20,0
Não	01	3,3
Total	**30**	**100%**
Atividades de turismo suspensas durante pandemia do Covid-19	**Quant.**	**%**
Sim	**26**	**86,7**
Não	04	13,3
Total	**30**	**100%**
Atividade de turismo encerrada em decorrência da pandemia	**Quant.**	**%**
Não	**25**	**83,3**
Sim (Pesca, passeio em grupo, tirolesa, servir refeição, cavalgadas)	05	16,7
Total	**30**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em decorrência dos efeitos causados pela pandemia da Covid 19, a queda da renda, 15 (50%) indicaram que esse valor representou mais que 50%, 08 (26%), que

essa queda ficou entre 30% e 50%, para 06 (20%) a queda foi entre 10% e 29%. Apenas um respondente disse não ter sofrido queda da renda nesse período. Sobre a suspensão de alguma atividade nesse período de pandemia, a maioria, 26 (86%) respondeu positivamente a essa questão. E, em relação a alguma atividade que foi encerrada em decorrência da pandemia, 25 (83%) responderam que não, apenas 05 (16%) não disponibilizaram atividades como pesca, passeios em grupo, tirolesa, oferta de refeições e cavalgadas, devido ao contato que estas atividades geram.

De acordo Barbosa e Neto (2016), ao analisar o perfil, a busca, os aspectos sociais, econômicos e ambientais, também são promovedores do desenvolvimento e sustentabilidade tanto no meio urbano como rural.

Com a segunda etapa do instrumento, composta pelo quadro com 24 questões apresenta-se a contribuição que a atividade do turismo exerce na sustentabilidade da propriedade.

Quadro 12 - Variável social em relação a gênero

Social										
	Feminino (18)					Masculino (12)				
Fatores	**Não Contribui**	**Pouco Contribui**	**Às vezes contribui**	**Contribui**	**Muito Contribui**	**Não Contribui**	**Pouco Contribui**	**Às vezes contribui**	**Contribui**	**Muito Contribui**
Participação em associações locais	**11**	1	3	1	2	**3**	2	**4**	1	2
Rede de contatos	3	2	2	**5**	**6**	0	**3**	2	2	**5**
Apoio da comunidade	**7**	0	4	4	3	**3**	**3**	2	**3**	1
Apoio dos vizinhos	**7**	2	4	2	3	**3**	2	2	**5**	0
Interação com parceiros de atividade	3	**6**	4	2	3	0	**4**	**3**	**3**	2
Interação com líderes locais	**6**	**7**	3	0	2	2	2	1	**6**	1
Dar visibilidade ao turismo rural	2	1	**6**	**5**	4	0	2	1	4	**5**
Assist. téc. para as atividades de turismo	4	4	**7**	1	2	2	**3**	**3**	2	2
Participação da família em capacitação	3	**6**	5	2	2	0	**3**	1	**6**	2
Satisfação com meio rural	2	1	1	4	**10**	0	2	1	2	**7**
Média	48 – 4,8	30 – 3,1	39 – 3,9	26 – 2,6	37 – 3,7	13 – 1,3	26 – 2,6	20 – 2,1	34 – 3,4	27 – 2,7
	8		**4**	**6**		**4**		**2**	**6**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável social, em relação ao gênero feminino, em média, 08 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: participação em associações locais com 11 indicações, seguido por apoio da comunidade e dos vizinhos, interação com os líderes locais e parceiros de atividade, e participação da família em capacitação. Para 04 proprietárias, às vezes contribui para os fatores assistência técnica para as atividades de turismo e dar visibilidade ao turismo rural. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade a 06 proprietárias, três fatores se destacam, quais sejam, a satisfação com o meio rural, a divulgação por rede de contatos e a visibilidade ao turismo rural.

No que se refere ao gênero masculino, em média, 04 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: interação com os parceiros de atividade, participação em associações locais, apoio da comunidade e dos vizinhos, assistência técnica para as atividades de turismo e participação da família em capacitações. Para 02 proprietários, às vezes contribui, foram indicados os fatores participação em associações locais, interação com parceiros de atividade e assistência técnica para atividades de turismo. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade, para 07 proprietários o fator de destaque é a satisfação com o meio rural; para 06 dois fatores se destacam, a interação com líderes locais e a participação da família em capacitação, e, 05 indicaram os fatores divulgação por rede de contatos, apoio dos vizinhos e dar visibilidade ao turismo rural.

Portanto, os dados indicam que para o gênero masculino o turismo rural, a variável social, está contribuindo para sustentabilidade da propriedade de forma mais efetiva do que para o gênero feminino.

Quadro 13 - Variável social em relação à escolaridade

Social										
	Sem ensino superior (18)					**Com ensino superior (12)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Participação em associações locais	**10**	2	3	0	3	**4**	1	**4**	2	1
Rede de contatos	1	3	2	**6**	**6**	2	2	2	1	**5**
Apoio da comunidade	**8**	1	4	4	1	2	2	2	**3**	**3**
Apoio dos vizinhos	**7**	3	3	5	0	**3**	1	**3**	2	**3**
Interação com parceiros de atividade	3	6	4	3	2	0	**4**	**3**	2	**3**
Interação com líderes locais	6	4	2	4	2	2	**5**	2	2	1
Dar visibilidade ao turismo rural	2	1	**5**	**6**	4	0	2	2	**3**	**5**
Assist. téc. para as atividades de turismo	4	5	**6**	1	2	2	2	**4**	2	2
Participação da família em capacitação	2	**7**	2	**6**	1	1	2	**4**	2	3
Satisfação com meio rural	1	2	0	5	**10**	1	1	2	1	**7**
Média	44 – 4,4	34 – 3,4	31 – 3,1	40 – 4,0	31 – 3,1	17 – 1,7	22 – 2,2	28 – 2,8	19 – 1,9	33 – 3,3
	8		**3**	**7**		**4**		**3**	**5**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável social a respeito da escolaridade, para os sem ensino superior, os fatores sociais que nada ou pouco contribui para a sustentabilidade, em média, para 08 proprietários são, em destaque para os fatores, participação em associações locais, apoio da comunidade, apoio dos vizinhos e participação da família em capacitação. Para 03 proprietários, às vezes contribuem, os fatores assistência técnica e a visibilidade ao turismo rural. Para 07 dos proprietários, os fatores que mais contribuem foram a satisfação com meio rural, a divulgação por rede de contatos, a visibilidade ao turismo rural e a participação da família em capacitação.

Quanto aos com curso superior, para 04 proprietários, os fatores sociais que menos contribuem são a interação com líderes locais, participação em associações locais, interação com parceiros de atividade e apoio dos vizinhos.

Portanto, na média geral, a variável social está contribuindo menos para os proprietários sem curso superior do que para os com curso superior.

Quadro 14 - Variável social em relação ao tempo de atividade

Social										
	Menos de 10 anos no Turismo Rural (20)					**mais de 10 anos no Turismo Rural (10)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Participação em associações locais	**11**	3	3	1	2	**3**	0	**4**	1	2
Rede de contatos	2	4	4	2	**8**	1	1	0	**5**	3
Apoio da comunidade	**8**	2	4	4	2	**2**	1	2	3	2
Apoio dos vizinhos	**8**	3	5	3	1	**2**	1	1	4	2
Interação com parceiros de atividade	2	**8**	**7**	1	2	1	**2**	0	4	3
Interação com líderes locais	6	**8**	1	3	2	2	1	**3**	3	1
Dar visibilidade ao turismo rural	2	2	6	**5**	5	0	1	1	4	4
Assistência técnica para as atividades de turismo	4	6	**8**	0	2	**2**	1	2	3	2
Participação da família em capacitação	2	**7**	6	2	3	1	**2**	0	**6**	1
Satisfação com meio rural	1	2	2	**5**	**10**	1	1	0	1	**7**
Média	46 – 4,6	45 – 4,5	46 – 4,6	26 – 2,6	37 – 3,7	15 – 1,5	11 – 1,1	13 – 1,3	34 – 3,4	27 – 2,7
	9		**5**	**6**		**3**		**1**	**6**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável social relativo ao tempo de atividade com menos de 10 anos, indica que pela média nada ou pouco contribui para 09 dos 20 proprietários, principalmente nos fatores participação em associações locais, apoio da comunidade e vizinhos, interação com os parceiros de atividade e líderes locais e participação da família em capacitação. Às vezes contribui para a sustentabilidade da atividade, com 05 indicações para os fatores sociais: assistência técnica e interação com parceiros de atividade. E, os fatores que mais contribuem para 06 dos 20 proprietários, indicaram que os fatores sociais que mais contribuíram à sustentabilidade foram a satisfação com o meio rural, a divulgação por rede de contatos e dar visibilidade ao turismo rural.

No que se refere ao tempo de atividade acima de 10 anos, em média, para 03 dos 20 proprietários indicaram que os fatores sociais pouco contribuem para a sustentabilidade em destaque a participação de associações locais. Para 01 proprietário o fator social que às vezes contribui foi participação em associações. E, para 06 proprietários os fatores sociais que mais contribui para a sustentabilidade foram os fatores sociais, satisfação com o meio rural, participação da família em capacitação e rede de contatos.

Portanto, quanto à variável social no geral, deixa a desejar, pois está contribuindo mais efetivamente para os que possuem a atividade há mais de 10 anos para 06 dos 10 proprietários. Para os 20 proprietários com menos de 10 anos de atividade a contribuição efetiva foi para 06 contra 14 dos proprietários.

A variável social, no comparativo entre as variáveis de perfil, recebeu maior indicação de contribuição do gênero masculino, dos que não têm ensino superior e daqueles que atuam na atividade há mais de 10 anos.

O objetivo da atividade turística no meio rural também deve prever práticas sustentáveis. Nesse cenário, Ruschmann (2000), considerou que é necessário saber gerir o meio ambiente, os recursos e as comunidades receptoras, a fim de atender as necessidades sociais, econômicas e ambientais, preservando a integridade cultural, ecológica e ambiental, sem causar transformação nos hábitos e tradições da região. Nesse sentido, Schneider, Fialho (2000) consideraram que se faz necessário compreender que esta área rural está mudando, não só pela crescente importância das atividades não agrícolas, bem como à crescente correlação entre o meio rural e a qualidade de vida.

Vezzani (2008) apontava que compreender a dinâmica das propriedades rurais que se dedicam à atividade turística, neste cenário na condição de ser social,

possibilita a comunidade usar esse potencial relacionado ao turismo para melhorar a capacidade da comunidade de se adaptar às mudanças e identificar as necessidades dos residentes locais. Entretanto, esse potencial de fortalecimento da capacidade de uma comunidade, pode ser comprometido se o crescimento ocorrer em níveis que excedam tanto as preferências da comunidade quanto a capacidade de resposta das estruturas sociais e instituições estabelecidas.

Quadro 15 - Variável ambiental em relação ao gênero

Ambiental										
	Feminino (18)					**masculino (12)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Conhecimento sobre turismo rural	3	1	**3**	**6**	5	1	1	1	**6**	3
Administração do lixo	**5**	2	1	**8**	2	0	2	1	**7**	2
Diversificação dos produtos	2	4	2	**6**	4	0	1	**2**	**7**	2
Manutenção do patrimônio ambiental natural	2	2	**4**	5	5	0	1	**2**	5	4
Administração dos danos ao meio ambiente	3	1	**4**	4	**6**	0	1	0	**7**	4
Disponibilidade e qualidade da água utilizada para consumo humano e para produção	1	3	1	5	**8**	0	2	0	0	**10**
Utilização de tecnologias denominadas sustentáveis	4	4	**3**	**6**	1	**6**	2	**2**	0	2
Utilização de práticas conservacionistas na propriedade	2	**6**	**3**	4	3	1	1	1	**6**	3
Pandemia da Covid-19	**11**	3	2	1	1	**9**	1	1	1	0
Média	33 – 3,6	26 – 2,8	23 – 2,5	45 – 5,0	35 – 3,8	17 – 1,8	12 – 1,3	10 – 1,1	39 – 4,3	30 – 3,3
	6		**3**	**9**		**3**		**1**	**8**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável ambiental, em relação ao gênero feminino, em média, 06 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: pandemia da covid 19, com 11 indicações, seguido de utilização de práticas conservacionistas e administração do lixo. Para 03 proprietárias, ás vezes contribui para os fatores manutenção do patrimônio ambiental natural e administração dos danos do meio ambiente. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade, para 09 proprietárias os fatores que se destacam são: administração do lixo e disponibilidade e qualidade da água, indicado por 08 proprietárias, seguido dos fatores conhecimento sobre turismo rural, diversificação dos produtos, administração dos danos ao meio ambiente e utilização de tecnologias sustentáveis.

Quanto ao gênero masculino, em média, 03 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: pandemia da covid 19 e utilização de tecnologias sustentáveis. Para 01 proprietário, às vezes contribui, foram indicados os fatores diversificação dos produtos, manutenção do patrimônio ambiental natural e utilização de tecnologias sustentáveis. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foi indicado por 08 proprietários, que deram destaque para o fator disponibilidade e qualidade da água com 10 indicações, e os fatores administração do lixo, diversificação dos produtos, administração dos danos ao meio ambiente foram indicados por outros 07, e 06 indicaram os fatores conhecimento sobre turismo rural e utilização de práticas conservacionistas na propriedade.

Na pandemia da Covid-19, muitas pessoas buscaram o turismo rural como atividade de lazer devido a maior possiblidade em realizar atividades ao ar livre, o que gerou sustentabilidade neste período, na opinião de alguns.

Na variável ambiental, os dados indicam que para gênero masculino turismo rural, está contribuindo para sustentabilidade da propriedade de forma mais efetiva que para o gênero feminino, com 08 indicações para 12 proprietários, e 09 para 18 proprietários.

Quadro 16 - Variável ambiental em relação a escolaridade

Ambiental										
	Sem ensino superior (19)					**Com ensino superior (11)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Conhecimento sobre turismo rural	3	1	2	**8**	5	1	1	**2**	4	3
Administração do lixo	3	3	1	**9**	3	2	1	1	**6**	1
Diversificação dos produtos	2	3	**4**	**8**	2	0	2	0	**5**	4
Manutenção do patrimônio ambiental natural	2	1	**4**	6	6	0	2	**2**	4	3
Administração dos danos ao meio ambiente	3	1	2	6	7	0	1	**2**	**5**	3
Disponibilidade e qualidade da água utilizada para consumo humano e para produção	1	2	1	4	**11**	0	**3**	0	1	**7**
Utilização de tecnologias denominadas sustentáveis	**7**	**4**	**3**	3	2	**3**	2	**2**	3	1
Utilização de práticas conservacionistas na propriedade	2	**4**	2	7	4	1	3	**2**	3	2
Pandemia da Covid-19	**12**	3	2	2	0	**8**	1	1	0	1
Média	35 – 3,8	22 – 2,4	21 – 2,3	53 – 5,8	40 – 4,4	15 – 1,6	16 – 1,7	12 – 1,3	31 – 3,4	25 – 2,7
	6		**2**	**10**		**3**		**1**	**6**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável ambiental, no tocante à escolaridade para os sem ensino superior, os fatores que nada ou pouco contribuem para a sustentabilidade, em média, para 06 proprietários em destaque para a pandemia da covid 19, seguido de utilização de tecnologias denominadas sustentáveis e utilização de práticas conservacionistas. Para 02 proprietários, às vezes contribui para os fatores diversificação de produtos, e utilização de tecnologias denominadas sustentáveis. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade, para 10 proprietários os fatores que se destacam são: disponibilidade e qualidade da água indicado por 11 proprietários, seguido dos fatores administração do lixo, conhecimento sobre turismo rural e diversificação dos produtos.

Quanto aos com curso superior, em média, 03 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: pandemia da covid 19, disponibilidade e qualidade da água e utilização de tecnologias sustentáveis. Para 01 proprietário, às vezes contribui, foram indicados os fatores conhecimento sobre turismo rural, manutenção do patrimônio ambiental natural, administração dos danos ao meio ambiente, utilização de tecnologias sustentáveis e práticas conservacionistas. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foram indicados por 06 proprietários, que deram destaque para o fator disponibilidade e qualidade da água com 07 indicações, e o fator administração do lixo foi indicado por 06, e diversificação dos produtos, e administração dos danos ao meio ambiente foi indicado por 05 proprietários.

Portanto, na média geral, a variável ambiental, tem mais baixa contribuição para a sustentabilidade para os sem ensino superior do que para os proprietários com curso superior.

Quadro 17 - Variável ambiental em relação ao tempo de atividade

Ambiental										
	Menos de 10 anos de TR (21)					**Mais de 10 anos de TR (9)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Conhecimento sobre turismo rural	4	2	1	7	7	0	0	**3**	**5**	1
Administração do lixo	4	3	1	**10**	3	1	1	1	**5**	1
Diversificação dos produtos	2	4	**2**	**8**	5	0	1	2	**5**	1
Manutenção do patrimônio ambiental natural	2	2	**2**	**8**	7	0	1	**4**	2	2
Administração dos danos ao meio ambiente	3	2	**2**	6	**8**	0	0	2	**5**	2
Disponibilidade e qualidade da água utilizada para consumo humano e para produção	1	5	0	4	**11**	0	0	1	1	**7**
Utilização de tecnologias denominadas sustentáveis	**9**	5	**2**	3	2	1	1	**3**	3	1
Utilização de práticas conservacionistas na propriedade	3	**6**	**2**	6	4	0	1	2	4	2
Pandemia da Covid-19	**16**	2	1	1	1	**4**	**2**	2	1	0
Média	44 – 4,8	31 – 3,4	13 – 1,4	53 – 5,8	48 – 5,3	6 – 0,6	7 – 0,7	20 – 2,2	31 – 3,4	17 – 1,8
	8		**1**	**11**		**1**		**2**	**5**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável ambiental, a respeito do tempo de atividade com menos de 10 anos, pela média nada ou pouco contribui para 08 proprietários, em destaque para a pandemia da covid 19 indicado por 16, seguido de utilização de tecnologias denominadas sustentáveis e de práticas conservacionistas. Para 01 proprietário, às vezes contribui para os fatores diversificação de produtos, manutenção do patrimônio ambiental e natural, administração dos danos ao meio ambiente, utilização de tecnologias denominadas sustentáveis e práticas conservacionistas. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade para 11 proprietários os fatores que se destacam são: disponibilidade e qualidade da água indicado por 11, seguido do fator administração do lixo indicado por 10, e diversificação dos produtos, manutenção do patrimônio ambiental e administração de danos ao meio ambiente, indicado por 08.

Quanto aos com mais de 10 anos de atividade, em média, 01 indicou nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: pandemia da covid 19. Para 02 proprietários, às vezes contribui, foram indicados os fatores manutenção do patrimônio ambiental natural, seguido de conhecimento sobre o turismo rural e utilização de tecnologias sustentáveis. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foi indicado por 05 proprietários, que deram destaque para o fator disponibilidade e qualidade da água com 07 indicações, e os fatores conhecimento sobre turismo rural, administração do lixo, diversificação dos produtos, e administração dos danos ao meio ambiente foi indicado por 05 proprietários.

Portanto, na média geral, os dados indicam que para os quem tem menos e mais de 10 anos de atividade, a variável ambiental, está contribuindo para sustentabilidade da propriedade de forma mais efetiva, com 11 indicações de 21 proprietários, e 05 indicações de 09 proprietários, sucessivamente. Às vezes teve 03 indicações e baixa contribuição para 09.

Para Santos (2004), o turismo rural oferece às comunidades rurais uma forma de se desenvolverem. Isso inclui a oportunidade de estabelecer novas fontes de renda, diminuir o êxodo rural, promover o intercâmbio cultural e aumentar a conscientização ambiental. Nesse sentido, Mendonça (2006) já havia estabelecido que o enfoque ecológico e a integração do sistema produtivo fortalecem a capacidade de sustentabilidade do turismo rural. Considerando os ODS, a atividade deve envolver manejo verde, capacidade de carga e educação ambiental, que cultiva o

comportamento responsável dos visitantes e auxilia no engajamento sustentável dos envolvidos.

O turismo no espaço rural, para Cavaco (2001) é uma modalidade de turismo que se desenvolve em ambientes naturais e, especialmente, em ambientes humanizados, seja ativo ou meramente contemplativo, que assegura o retorno à cultura local. Nesse sentido, para evitar que a exploração dos recursos naturais contribua para a sua degradação, Ruschmann (2000) considerava fundamental que o turismo e o ambiente cheguem a um ponto de equilíbrio.

Quadro 18 - Variável econômica em relação a gênero

Econômica										
	Feminino (18)					**Masculino (12)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Administração dos custos da propriedade	**4**	1	**5**	**6**	2	0	2	1	**7**	2
Rentabilidade	2	2	3	**6**	**5**	0	1	**3**	**5**	**3**
Acesso a financiamentos	2	**6**	**9**	0	1	**4**	**4**	1	1	2
Poder de negociação	2	**7**	4	4	1	**3**	2	**3**	2	2
Patrimônio familiar para futuras gerações	2	2	3	**6**	**5**	0	1	**2**	**6**	**3**
Média	12 – 2,4	18 – 3,6	24 – 4,8	22 – 4,4	14 – 2,8	7 – 1,4	10 – 2,0	10 – 2,0	21 – 4,2	12 - 2,4
	6		**5**	**7**		**3**		**2**	**7**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável econômica, no que se refere ao gênero feminino, em média, 06 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: poder de negociação com 07 indicações, seguido de acesso a financiamentos e administração dos custos da propriedade. Para 05 proprietárias, às vezes contribui para os fatores acesso a financiamento indicado por 09 proprietárias, seguido de administração dos custos da propriedade com 05 indicações. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade para 07 proprietárias os fatores que se destacam são: administração dos custos da propriedade, rentabilidade e patrimônio familiar para gerações futuras.

Quanto ao gênero masculino, em média, 03 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: acesso a financiamento e poder de negociação. Para 02 proprietários às vezes contribui foram indicados os fatores rentabilidade, poder de negociação e patrimônio familiar para futuras gerações. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foram indicados por 07 proprietários, que deram destaque para o fator administração dos custos da propriedade com 07 indicações, seguidos de patrimônio familiar para futuras gerações e rentabilidade.

Na variável econômica, os dados indicam que em média para gênero masculino turismo rural, está contribuindo para sustentabilidade da propriedade de forma mais efetiva. Quanto aos fatores que pouco ou nada contribuem e que às vezes contribui, a indicação foi maior para o gênero feminino com 06 e 05 indicações.

Quadro 19 - Variável econômica em relação à escolaridade

Econômica										
	Sem ensino superior (19)					**Com ensino superior (11)**				
FATORES	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Administração dos custos da propriedade	2	2	4	**9**	2	1	1	2	**5**	2
Rentabilidade	2	1	2	**8**	**6**	0	**2**	**4**	**3**	2
Acesso a financiamentos	**3**	**7**	**5**	1	3	**3**	**3**	**5**	**3**	0
Poder de negociação	**4**	**7**	2	5	1	1	**2**	**5**	2	2
Patrimônio familiar para futuras gerações	2	1	3	**8**	5	0	**2**	2	**4**	**3**
Média	13 – 2,6	18 – 3,6	16 – 3,2	31 – 6,2	17 – 3,4	5 – 1,0	10 – 2,0	18 – 3,6	17 – 3,4	9 – 1,8
	6		**3**	**10**		**3**		**4**	**5**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável econômica, relativa à escolaridade para os sem ensino superior, em média, os fatores que nada ou pouco contribui para a sustentabilidade, em média, para 06 proprietários em destaque para acesso a financiamentos e poder de negociação. Para 03 proprietários, às vezes contribui para os fatores acesso a financiamento e administração de custos da propriedade. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade para 10 proprietários os fatores que se destacam são: administração dos custos da propriedade indicado por 09 proprietários, seguido dos fatores rentabilidade e patrimônio familiar para futuras gerações.

Quanto aos com curso superior, em média, 03 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: acesso a financiamentos, rentabilidade, poder de negociação e patrimônio familiar para futuras gerações. Para 04 proprietários às vezes contribui foram indicados os fatores são: acesso a financiamento e poder de negociação e rentabilidade. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foram indicados por 05 proprietários, que deram destaque para o fator administração dos custos da propriedade com 05 indicações, seguido dos fatores patrimônio familiar para futuras gerações, rentabilidade e acesso a financiamentos.

Portanto, quanto à escolaridade para os sem e com ensino superior, a variável econômica está contribuindo de maneira similar, indicada por 10 dos 19 proprietários e 05 dos 11 proprietários, sucessivamente. E, com baixa contribuição para a sustentabilidade foi indicada por 09 proprietários, e 07 às vezes.

Quadro 20 - Variável econômica em relação ao tempo de atividade

Econômica										
	Menos de 10 anos de TR (21)					**Mais de 10 anos de TR (9)**				
Fatores	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Administração dos custos da propriedade	**3**	2	4	**8**	4	0	1	**2**	**6**	0
Rentabilidade	2	**3**	4	**6**	**6**	0	0	**2**	**5**	2
Acesso a financiamentos	**5**	**7**	**7**	1	1	1	**3**	**3**	0	2
Poder de negociação	**5**	**7**	**6**	0	3	**2**	**2**	1	**4**	0
Patrimônio familiar para futuras gerações	2	2	3	**7**	**7**	0	1	**2**	**5**	1
Média	17 – 3,4	21 – 4,2	24 – 4,8	22 – 4,4	21 – 4,2	3 - 0,6	7 – 1,4	10 – 2,0	20 – 4,0	5 – 1,0
	8		**5**	**9**		**2**		**2**	**5**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A variável econômica, em relação ao tempo de atividade, com menos de 10 anos, pela média nada ou pouco contribui para 08 proprietários, e os fatores que menos contribuem são: acesso a financiamento, poder de negociação, seguido de administração dos custos da propriedade e rentabilidade. Para 05 proprietários, às vezes contribui acesso a financiamentos e poder de negociação. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade para 09 proprietários os fatores que se destacam são: administração dos custos indicado por 08 proprietários, seguido dos fatores patrimônio familiar para futuras gerações e rentabilidade.

Quanto aos com mais de 10 anos de atividade, em média, 02 indicaram nada ou pouca contribuição para a sustentabilidade da propriedade, e os fatores que menos contribuem são: acesso a financiamentos e poder de negociação. Para 02 proprietários às vezes contribui foram indicados os fatores acesso a financiamentos, administração dos custos da propriedade, rentabilidade, e patrimônio familiar para futuras gerações. Quanto aos fatores que contribuem para sustentabilidade foram indicados por 05 proprietários, os fatores administração dos custos da propriedade com 06 indicações, seguido pelos fatores rentabilidade, patrimônio familiar para futuras gerações e poder de negociação.

Portanto, na média geral, a variável econômica, está contribuindo para sustentabilidade para os proprietários que têm menos e mais de 10 anos de atividades de maneira similar, com 09 e 05 indicações, sucessivamente, para 07 às vezes, e para 10 a contribuição não é relevante.

No esforço de manter a população rural no campo, Solla (2002) defendeu o ponto de vista que um dos objetivos do turismo rural deveria ser o desenvolvimento de fontes complementares de renda. Além disso, reforçou a importância da multiplicidade dos aspectos do patrimônio, no sentido amplo, abrangendo a natureza e a cultura popular, como principal dinamizador desta atividade.

Nesse cenário, muitos agricultores ou proprietários rurais precisam estabelecer um planejamento econômico que agregue valor à produção e promova a redução do êxodo rural. Segundo Cavaco (2001), essa identidade dos territórios rurais também pode ser estimulada por meio do turismo, e a atividade pode ser encarada como um fator de fortalecimento da economia rural, além de ser uma atividade complementar às demais atividades já realizadas no espaço rural.

Mendonça (2006) indicava que o desenvolvimento do turismo no meio rural deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, ou seja, ser ambientalmente

sustentável em longo prazo, financeiramente viável e organizado por princípios éticos e sociais para as comunidades locais, esses aspectos, funcionam como uma ferramenta chave para promover o desenvolvimento. Além disso, a oferta turística no campo deve estar incorporada ao meio rural, assim como possuir qualidade em relação aos equipamentos e serviços disponibilizados aos visitantes. E, todas essas ações abrangem os ODS.

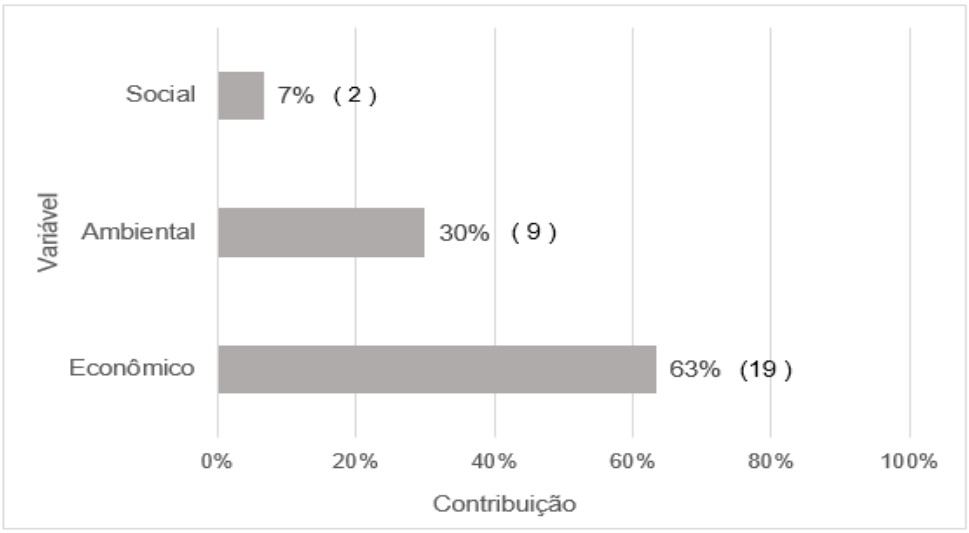
Quadro 21 - Média geral das variáveis gênero, escolaridade e tempo de atividade

	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui	Não Contribui	Pouco Contribui	Às vezes contribui	Contribui	Muito Contribui
Social Média gênero	48 – 4,8	30 – 3,1	39 – 3,9	26 – 2,6	37 – 3,7	13 – 1,3	26 – 2,6	20 – 2,1	34 – 3,4	27 – 2,7
	8		**4**	**6**		**4**		**2**	**6**	
Ambiental Média gênero	33 – 3,6	26 – 2,8	23 – 2,5	45 – 5,0	35 – 3,8	17 – 1,8	12 – 1,3	10 – 1,1	39 – 4,3	30 – 3,3
	6		**3**	**9**		**3**		**1**	**8**	
Econômica Média gênero	12 – 2,4	18 – 3,6	24 – 4,8	22 – 4,4	14 – 2,8	7 – 1,4	10 – 2,0	10 – 2,0	21 – 4,2	12 - 2,4
	6		**5**	**7**		**3**		**2**	**7**	
Social Média escolaridade	44 – 4,4	34 – 3,4	31 – 3,1	40 – 4,0	31 – 3,1	17 – 1,7	22 – 2,2	28 – 2,8	19 – 1,9	33 – 3,3
	8		**3**	**7**		**4**		**3**	**5**	
Ambiental Média escolaridade	35 – 3,8	22 – 2,4	21 – 2,3	53 – 5,8	40 – 4,4	15 – 1,6	16 – 1,7	12 – 1,3	31 – 3,4	25 – 2,7
	6		**2**	**10**		**3**		**1**	**6**	
Econômica Média escolaridade	13 – 2,6	18 – 3,6	16 – 3,2	31 – 6,2	17 – 3,4	5 – 1,0	10 – 2,0	18 – 3,6	17 – 3,4	9 – 1,8
	6		**3**	**10**		**3**		**4**	**5**	
Social Média tempo de atividade	46 – 4,6	45 – 4,5	46 – 4,6	26 – 2,6	37 – 3,7	15 – 1,5	11 – 1,1	13 – 1,3	34 – 3,4	27 – 2,7
	9		**5**	**6**		**3**		**1**	**6**	
Ambiental Média tempo de atividade	44 – 4,8	31 – 3,4	13 – 1,4	53 – 5,8	48 – 5,3	6 – 0,6	7 – 0,7	20 – 2,2	31 – 3,4	17 – 1,8
	8		**1**	**11**		**1**		**2**	**5**	
Econômica Média tempo de atividade	17 – 3,4	21 – 4,2	24 – 4,8	22 – 4,4	21 – 4,2	3 - 0,6	7 – 1,4	10 – 2,0	20 – 4,0	5 – 1,0
	8		**5**	**9**		**2**		**2**	**5**	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A terceira etapa do instrumento, composta por um quadro com três opções de resposta, permitiu ao proprietário indicar apenas uma variável, a que mais contribuiu para a sustentabilidade da propriedade.

Figura 6 - Contribuição das variáveis



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Portanto, em resposta à pergunta do estudo, a variável que mais contribui para a sustentabilidade foi a econômica indicada por 19 (63%), seguida pela variável ambiental que recebeu 09 (30%) indicações, e a variável que menos contribuiu foi a social, com 02 (6%) indicações dos proprietários.

A social se refere aos aspectos como participação em associações, apoio e interação com vizinhos e comunidade ou assistência técnica e capacitação na área de turismo com baixa contribuição. Apesar do que indicam os autores supracitados, para os envolvidos, acreditam que estas redes de relações não contribuem para a sustentabilidade da atividade de forma sistêmica. Indicam que têm dificuldades de conhecimento em como acessar ou de receber informações de vias públicas de apoio ou financiamento. Por isso, valorizam mais a variável ambiental como geradora econômica, já que podem preservá-las em sua propriedade. A visão estratégica sistêmica de como as três variáveis se integram para a sustentabilidade, não é fortemente valorizada ou entendida. A preocupação em manter e conservar os espaços naturais, administrar os danos ao meio ambiente e utilizar práticas e tecnologias sustentáveis na propriedade tem maior atenção do que a rede de relações.

Apesar de encontrarmos na literatura a indicação dos autores da interdisciplinaridade sistêmica entre as variáveis econômica, ambiental e social para a sustentabilidade de qualquer atividade, para os envolvidos nessa pesquisa isso não se verificou, pois o resultado indicou que há um entendimento de que a variável econômica é mais importante.

Notou-se que a respostas indicadas pelos proprietários, estão baseadas em suas experiências e vivências evitando que aumente sua rede de relação com tanto com o setor público como o privado. As contribuições do turismo rural incluem o diálogo e a partilha de conhecimentos e experiências, nesse sentido, esperou-se que a variável social tivesse maior influência na prática da atividade turística. Outro destaque, foi que pandemia, de certa forma, manteve certa sustentabilidade, já que os turistas se sentiam mais seguros com o turismo rural, em ambientes abertos e com poucas pessoas.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisou-se a contribuição da atividade turística na sustentabilidade das propriedades rurais dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, no Paraná, que apesar da variável econômica ser obviamente fundamental para a sustentabilidade de qualquer atividade, no ramo do turismo, o ambiente e o cuidado com ele bem como sua manutenção é imprescindível para essa atividade, bem como a rede de relações.

A contribuição deste estudo implica em demonstrar, que na atividade turística, o cuidado com o meio ambiente é fundamental e necessário, pois para ter êxito é preciso levar em conta a preservação dos recursos naturais, bem como aspectos relacionados ao social, como valorização da cultura e gastronomia, para que assim, a econômica evolua gerando sustentabilidade da atividade. Ou seja, todas as variáveis analisadas merecem atenção dos proprietários, nesse sentido, para promover o desenvolvimento do turismo rural sustentável, deve-se, efetivamente, levar em consideração questões relacionadas ao meio ambiente, sociedade e economia, de forma sistêmica, já que todas contribuem para qualquer tipo de atividade.

Vale comentar que a pandemia da Covid-19 contribuiu para essa atividade no meio rural, devido às medidas de isolamento social e à redução de atividades não essenciais, dentre elas o turismo, o meio ambiente natural foi preservado de maneira

considerável. Num segundo momento, com a gradual retomada das atividades turísticas, os espaços que ofertaram atividades de lazer ao ar livre, como o turismo rural, foram potencializados e tornaram-se refúgios onde turistas e visitantes tinham a oportunidade de renovar suas energias.

O estudo leva a seguinte reflexão, para que o turismo rural não seja considerado utópico, como articulador do desenvolvimento sustentável, que é visto como uma atividade que protege e recupera o meio ambiente, que garante a manutenção das atividades agrícolas e mantém as famílias vivendo no campo, que formula uma nova concepção de produção com aumento de renda, que entre outras coisas protege e valoriza aspectos culturais, entende-se que é necessário promover o debate articulado para abordar e planejar o turismo nas diferentes esferas do setor público, bem como do privado, nas instituições de ensino, nas associações e comunidades locais, para parcerias e projetos de fomento.

Somente assim, considerando seu caráter realmente sustentável, o turismo rural familiar organizado e qualificado, que promova o meio ambiente e a cultura local, surge como uma opção viável para o desenvolvimento rural.

Para estudos futuros sugere-se que se faça um estudo sobre a satisfação dos turistas e visitantes em relação à qualidade dos serviços e equipamentos turísticos da atividade no meio rural, pois entende-se que a partir dessa perspectiva, é possível alinhar um planejamento da gestão desse serviço de forma mais efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao terciário:** funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. São Paulo: Ipea, 1999.

BENI, M. C. Turismo e covid 19: algumas reflexões. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 12, n. esp. 3, julho-agosto, 2020. https://www.redalyc.org/journal/4735/473564229002/473564229002.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: http://www.institutobrasilrural.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

BROWN, T. **Confirmatory factor analysis for applied research**. 2. ed. New York: Guilford, 2015.

CANDIOTTO, L.; Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise,** v. 1, n. 1, p. 03-24, abr. 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203. Acesso em: 15 set. 2022.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. **Turismo e geografia reflexões teóricas e enfoques regionais.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELESBÃO, I. **Transformações no espaço rural a partir do turismo:** um olhar sobre São Martinho, SC. 2007. 342p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104324/elesbao_i_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARBOSA, N. A.; NETO, J. A.F. O capital social e sua contribuição para o desenvolvimento das regiões rurais. **Revista brasileira multidisciplinar – ReBraM**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 125-137, 2016. Disponível em: https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/371. Acesso em: 15 nov. 2022.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo.** 5. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** O que é - o que não é? 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41165746?journalCode=cmra. Acesso em: 15 out. 2022.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura,** [S.l.], v. 10, n. 1, p. 28-46, 2013. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207. Acesso em: 15 nov. 2022.

FONTANA, R. **Desenvolvimento do turismo rural no norte do Paraná:** estudo do caso da Fazenda Ubatuba / Apucarana - PR. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.radarciencia.org/artigo/desenvolvimento-do-turismo-rural-no-norte-do-parana-estudo-de-caso-da-fazenda-ubatuba-apucarana-pr. Acesso em: 15 set. 2022.

HAK, T.; KOVANDA, J.; WEINZETTEL, J.. ***A method to assess the relevance of sustainability indicators: Application to the indicator set of the Czech***

Republic's *Sustainable Development Strategy. Ecological Indicators*, v.17, p.46-57, 2012. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1470160X11001294. Acesso em: 10 ago. 2022.

HAIR, J. F. et al. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. 3. ed. Los Angeles: SAGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010.** Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 set. 2022.

MENDONÇA, M. **Gestão integrada de turismo no espaço rural.** 2006. 305f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3289/TeseMCAM.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2022.

METZNER, C. L. **Indicadores de sustentabilidade sob aspectos do lazer e agroturismo em propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon – Pr**. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/1515. Acesso em: 15 set. 2022.

MILAN, C. C.; COSTA, C. Turismo rural na fronteira Brasil – Uruguai: desafios e potencialidades em tempos de pandemia de covid 19. **Revista Thema**, [S.l.], v.20, especial, 387-406, 2021. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1925/1982. Acesso em: 19 out. 2022.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 19 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo e objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: https://tourism4sdgs.org/tourism-for-sdgs/tourism-and-sdgs/. Acesso em: 19 out. 2022.

PARANÁ. **Lei Estadual n. 15.143 de 31 de maio de 2006**. Atividades turísticas que especifica como atividades de “Turismo Rural na Agricultura Familiar.” Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15143-2006-parana-define-as-atividades-turisticas-que-especifica-como-atividades-de-turismo-rural-na-agricultura-familiar. Acesso em: 15 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria do Esporte e do Turismo. Turismo rural. **Programa de turismo Rural do Paraná**, 2007. Disponível em: https://www.turismo.pr.gov.br/Pagina/TURISMO-RURAL . Acesso em: 18 out. 2022.

PEREIRA, A. S. **Cenários do turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco:** concepção a partir de indicadores de sustentabilidade ambiental dos equipamentos. 2013. 97f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4664. Acesso em: 19 out. 2022.

PEZZI, E.; VIANNA, S.L.G. A experiência turística e o turismo de experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Revista Turismo em Análise,** [S.l.], v. 26, n. 1, especial, 2015. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/89169. Acesso em: 19 out. 2022.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RINGLE, C. M.; WENDE, S.; WILL, A. **SmartPLS 4.0** [Computer Software]. Hamburg: www.smartpls.de, 2005.

RUSCHMANN, D. V. M. O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M., (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando a desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 set. 2022.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUCS, 2000.

SCHUMACKER, R. E.; LOMAX, R. G. **A beginner´s guide to structural equation modeling.** 4. ed. New York: Routledge, 2016.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Lauro Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte. V. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

econpapers.repec.org/article/novartigo/v_3a7_3ay_3a1997_3ai_3a1_3ap_3a43-81.htm

SILVA, J. G. da et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: RIELDL, Mário et. al. (org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SOLLA, X. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, A. M. **Turismo Rural:** uma viagem de inclusão produtiva. 2013. 218f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123356?locale-attribute=en. Acesso em: 18 ago. 2022.

SPEARMAN, C. The proof and measurement of association between two things. **American Journal of Psychology**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 72-101, 1904.

SUN TUNG, V. W; RITCHIE, J. R. B. Exploring the essence memorable tourism experiences. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1367-1386, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/251513024_Exploring_the_essence_of_memorable_tourism_experiences. Acesso em: 18 set. 2022.

TULIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: CRUZ, L. (org.). **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 2003.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEZZANI, M.A. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno virtual de turismo**, v. 8, n. 1, p. 27-39, 2008. https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416770004.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Este estudo investigou a contribuição da atividade turística na sustentabilidade das propriedades rurais lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná, para tanto, foi necessário efetuar um estudo bibliométrico sobre o turismo rural no Brasil, e verificar a contribuição da atividade turística nas propriedades rurais.

No primeiro artigo, de acordo com a análise bibliométrica sobre a temática turismo rural no contexto da agricultura familiar, associado a gestão dos equipamentos, desenvolvimento e práticas sustentáveis, assistência técnica e políticas públicas, identificou-se contribuições e lacunas sobre o tema. A maioria dos trabalhos pesquisados tratou da atividade turística associado a agricultura familiar, a partir disso, constatou-se que existem vulnerabilidades nesse cenário, devido à falta de políticas públicas efetivas desenvolvidas para a adoção de estratégias de fomento ao desenvolvimento local e regional. As pesquisas indicaram que é necessário elaborar diretrizes que esclareçam o papel do técnico extensionista a fim de orientar os proprietários no desenvolvimento das atividades de turismo rural. Além disso, indicaram que a promoção da sustentabilidade é auxiliada pelo turismo rural, pois, além de aumentar a renda do agricultor, também fortalece a prática da cultura e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a atividade pode ser vista como potencial alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, além de recomendar a elaboração de indicadores para sua interpretação e análise.

No segundo artigo, foi analisado a contribuição da atividade turística nas propriedades rurais pesquisadas. A sustentabilidade de qualquer atividade depende inevitavelmente da economia, dessa maneira a variável econômica apresentou destaque na indicação pelos proprietários, entretanto, se não se levar em conta aspectos como fortalecimento da variável social, representado pela cultura do jeito de ser rural e, da variável ambiental que estima o cuidado e preservação com o meio ambiente, uma vez que a natureza é componente chave para a atividade, sem esse tripé a atividade não se mantém.

É fundamental lembrar que o espaço rural é, antes de tudo um local com muitas vivências, isso significa que, para promover efetivamente o desenvolvimento do turismo rural sustentável, as questões relacionadas ao meio ambiente, à sociedade e à economia devem ser consideradas em todos os fatores que foram incluídos na análise.

APÊNDICE A - MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR xxxxxxxxxx - Prefeito do Município de xxxxxxxx.

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nândri Cândida Strassburger, inscrito no CPF/MF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, portador da cédula de identidade nº x.xxx.xxx-x/PR residente e domiciliado na Rua x, nº x, CEP xx.xxx-xxx, Foz do Iguaçu/PR, vêm respeitosamente à presença de V. Exa, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição da República e da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), sem prejuízo de outros dispositivos legais aplicáveis, requerer as seguintes informações turísticas:

- Lista de propriedades rurais que trabalham com o Turismo Rural, constando o nome do proprietário e telefone para contato.

Em conformidade com a lei, o requerente informa que a prestação da resposta ao presente pedido poderá ser feita via e-mail no endereço nandricandida@gmail.com, ou via carta no endereço acima mencionado. Quaisquer dúvidas podem ser tiradas via e-mail ou telefone (45) xxxxx-xxxx com Nândri Cândida Strassburger.

Termos em que

Pede deferimento.

Foz do Iguaçu, xx de xx de 2022.

_____

Nândri Cândida Strassburger

APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

PARTE 1 – PERFIL DOS RESPONDENTES E DA ATIVIDADE TURÍSTICA

1 – Qual é o seu município de residência?

2 – Qual gênero você se identifica
( ) Feminino
( ) Masculino
( ) Outro

3 - Idade
( ) 20 – 30
( ) 31 – 40
( ) 41 – 50
( ) 51 – 60
( ) 61 – 70
( ) mais que 70

4 - Estado civil
( ) Solteiro
( ) União estável
( ) Casado
( ) Viúvo
( ) Divorciado

5 - Escolaridade do proprietário
( ) Fundamental incompleto
( ) Fundamental completo
( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino médio completo
( ) Ensino superior incompleto
( ) Ensino superior completo
( ) Pós graduação incompleta
( ) Pós graduação completa

6 – Possui origem de agricultores
( ) Não
( ) Sim, por parte dos pais
( ) Sim, por parte dos avós
( ) Sim, por parte dos bisavós
( ) Sim, por parte dos tataravós

7 - Qual é a renda mensal da propriedade?
( ) Até 1 salário mínimo
( ) Entre 1 e 2 salários
( ) Entre 3 e 4 salários
( ) Mais de 5 salários

8 - Do valor da renda mensal, qual é a porcentagem relativa à atividade do turismo?
( ) Até 5%
( ) Até 10%
( ) Até 20%
( ) Até 50 %
( ) Mais que 50%

9 – Tempo na propriedade
( ) Até 3 anos
( ) De 4 a 6 anos
( ) De 7 a 9 anos
( ) De 10 a 19 anos
( ) Mais de 20 anos

10 – A quanto tempo trabalham com o Turismo Rural?
( ) 1 a 3 anos
( ) 4 a 6 anos
( ) 6 a 8 anos
( ) Mais de 10 anos

11 - Qual foi a sua principal motivação para iniciar a atividade turística? (ASSINALAR UMA ALTERNATIVA)
( ) Complemento da renda
( ) Propriedade com potencial turístico (paisagem, aspetos culturais etc.)
( ) Incentivar a cultura local (costumes, gastronomia etc.)
( ) Ampliar a conservação dos recursos naturais
( ) Incentivar a agroindústria
( ) Por incentivo da família
( ) A partir de cursos sobre o turismo rural
( ) Outra Qual?_____

12 - Como o Sr. (a) incorporou a atividade turística na sua propriedade? (ASSINALAR UMA ALTERNATIVA)
( ) Somente exploro os atrativos da propriedade.
( ) Somente vendo os produtos que são produzidos na propriedade.
( ) Exploro os atrativos e vendo os produtos produzidos na propriedade.
( ) Substitui a produção agrícola pela atividade turística.

13 - Quais são os principais atrativos turísticos que desenvolve na sua propriedade? (ASSINALAR QUANTAS ALTERNATIVAS DESEJAR)
( ) Agroindústria
( ) Artesanato
( ) Hospedagem
( ) Área de camping
( ) Restaurante
( ) Espaço para realização de eventos
( ) Reserva natural
( ) Piscina
( ) Rio
( ) Lago

( ) Açude
( ) Cachoeira, cascata
( ) Pesca esportiva ou pesque e pague
( ) Trilha
( ) Patrimônio histórico e cultural (museu, galeria etc.)
( ) Arquitetura religiosa
( ) Participação do turista em atividades rotineiras (ver animais, locais de plantio etc.)
( ) Outra Qual?_____

14 – Principais produções artesanais, caseiras e coloniais que são comercializados aos turistas? (ASSINALAR ATÉ TRÊS ALTERNATIVAS)
( ) Alimentos (doces e salgados, panificação, embutidos etc.)
( ) Bebidas (licor, cachaça, vinho, sucos etc.)
( ) Cerâmica (utilitária ou artística)
( ) Pintura
( ) Trabalho em madeira (carpintaria, marcenaria etc.)
( ) Trabalho em tecido (costura, bordado etc.)
( ) Trabalho em couro
( ) Chás
( ) Flores
( ) Outra Qual?_____

15 – Tipo de produção agrícola?
( ) Produção própria, extensiva ou de subsistência
( ) Produção intensiva que visa produtividade
( ) Produção orgânica, sem agrotóxicos e com manejo sustentável
( ) Mista (extensiva e orgânica)

16 – A propriedade possui: (ASSINALAR QUANTAS ALTERNATIVAS DESEJAR)
( ) Composteira
( ) Minhocário
( ) Biodigestor
( ) Placa solar
( ) Roda D'água
( ) Monjolo
( ) Alambique
( ) Reciclagem de material
( ) Berçário de sementes
( ) Berçário de mudas
( ) Horta
( ) Jardim
( ) Frutíferas
( ) Nascente de água
( ) Irrigação de horta ou pasto
( ) Outra Qual?_____

17 - Liste as três maiores DIFICULDADES encontradas no desenvolvimento da atividade do turismo. (ASSINALAR TRÊS ALTERNATIVAS)
( ) Mão de obra (qualificação, flexibilidade de horário, etc.)
( ) Concorrência

( ) Apresentar atividades atrativas
( ) Alto investimento
( ) Falta de vias de acesso adequado a propriedade
( ) Falta de cooperação de empreendimentos turísticos similares
( ) Falta de apoio do poder público local
( ) Falta de políticas públicas de incentivo ao turismo rural
( ) Falta de conhecimento sobre a atividade turística
( ) Variação do fluxo de turistas
( ) Sinal telefônico e de internet deficientes
( ) Dificuldade em utilizar as redes sociais
( ) Outra Qual?_____

18 - Liste as três maiores FACILIDADES encontradas no desenvolvimento da atividade do turismo. (ASSINALAR TRÊS ALTERNATIVAS)
( ) Apoio familiar
( ) Apoio técnico para iniciar a atividade
( ) Apoio da associação local
( ) Aumento da renda da propriedade
( ) Facilidade na comercialização dos produtos produzidos na propriedade
( ) Boa aceitação por parte dos visitantes das atividades turísticas
( ) Utilização das redes sociais na divulgação da propriedade
( ) A propriedade possuir meio ambiente natural propício a atividade do turismo
( ) A propriedade possuir paisagem atrativa
( ) Valorização da cultura local (costumes, gastronomia etc.)
( ) Valorização da propriedade
( ) Maior procura pelo lazer em espaços rurais
( ) Outra Qual?_____

19 – Participação em formação em Turismo Rural?
( ) Não
( ) Capacitação, curso
( ) Formação técnica
( ) Formação acadêmica

20 – Mídias sociais utilizadas para divulgação das atividades do turismo rural? (ASSINALAR QUANTAS ALTERNATIVAS DESEJAR)
( ) Site
( ) Blog
( ) Página de Facebook
( ) Whatsapp
( ) Instagram
( ) Twiter
( ) Nenhuma

21 - Houve queda da renda da propriedade durante a pandemia?
( ) Não
( ) Sim, entre 10% e 29%
( ) Sim, entre 30% e 50%
( ) Sim, mais que 50%

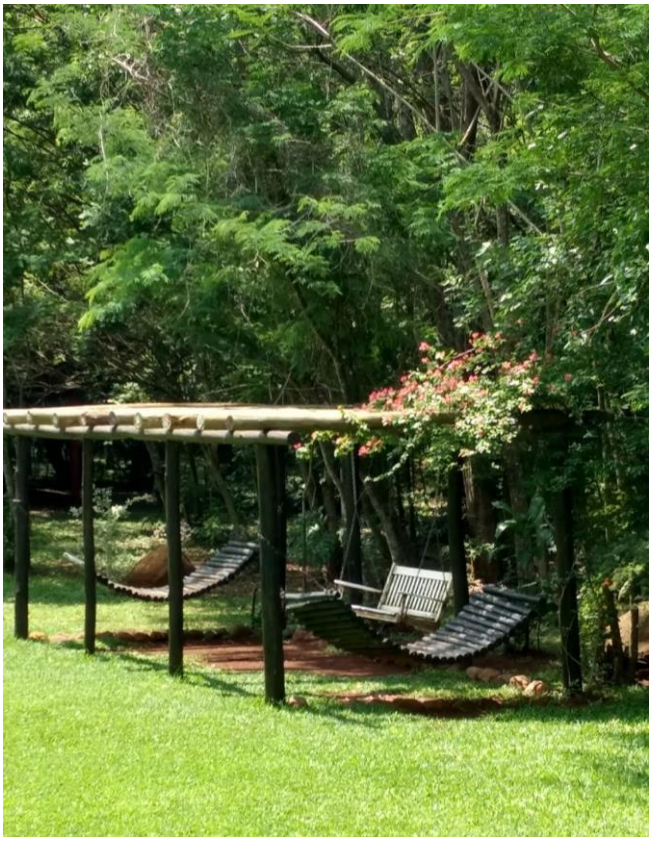
22 - No período da pandemia do Covid-19 as atividades relacionadas ao turismo foram suspensas?
( ) Sim
( ) Não

23 – Houve alguma atividade de turismo que foi encerrada durante a pandemia, que não é mais disponibilizada aos turistas?
( ) Não
( ) Sim Qual?_____

PARTE 2 – Contribuição

Indique quanto cada fator contribuiu para a sustentabilidade de sua propriedade	**Não contribuiu**	**Pouco contribuiu**	**As vezes contribui**	**Contribuiu**	**Muito contribuiu**
Participar de Associações locais.					
Utilizar rede de contatos para divulgar seu negócio (internet, jornal local etc).					
Receber apoio da comunidade local.					
Receber apoio dos vizinhos.					
Interagir com parceiros da mesma atividade tanto por meio físico como virtual.					
Interagir com líderes locais.					
Dar visibilidade a sua propriedade com turismo rural.					
Conhecimento sobre turismo rural.					
Administração do lixo.					
Diversificação dos produtos.					
Manutenção do patrimônio ambiental natural.					
Administração dos danos ao meio ambiente.					
Administração dos custos da propriedade.					
Rentabilidade.					
Acesso a financiamentos.					
Poder de negociação.					
Patrimônio familiar para as gerações futuras.					
Assistência técnica para as atividades de turismo					
Disponibilidade e qualidade da água utilizada para consumo humano					
Utilização de tecnologias denominadas sustentáveis (biodigestor, energia solar etc)					
Utilização de práticas conservacionistas na propriedade					
Participação dos integrantes da família em capacitação e treinamento sobre o turismo					
Satisfação com o meio rural					
Pandemia da Covid-19					

Qual das vias MAIS CONTRIBUIU para a sustentabilidade da sua atividade turística. Assinale apenas UMA DAS ALTERNATIVAS	**Mais contribuiu**
Social (participação em associação, apoio da comunidade).	
Ambiental (cuidado com o meio ambiente).	
Econômica (aumento de rentabilidade e patrimônio familiar).	

ANEXO A – IMAGENS DE PROPRIEDADES QUE PRATICAM ATIVIDADE DE TURISMO RURAL

-Se Conecte-
COMA
natureza